

Paulo Nunes da Silva

Universidade Aberta/CELGA

► *Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários*

1. Introdução

Nas duas últimas décadas, vários autores das áreas da Linguística Textual e da Análise do Discurso (entre os quais se destacam Jean-Michel Adam, André Petitjean e Dominique Maingueneau) teorizaram sobre classificações textuais e respetivos critérios definitórios. Essas reflexões permitiram esclarecer e sistematizar algumas questões que são importantes do ponto de vista teórico e particularmente úteis para o contexto didático, nomeadamente no âmbito de disciplinas em que a análise de textos é central. O objetivo do presente artigo consiste em recensear os seus principais contributos, aplicando-os às classificações dos textos literários, e, em particular, à sua abordagem na sala de aula.

A reflexão começará por incidir sobre **i**) a distinção entre classificações que assentam num único critério (tipos de textos, tipos de sequências textuais) ou em mais do que um critério (tipos de discurso, géneros) (Petitjean 1989), e **ii**) a explicitação da natureza dos critérios inerentes a essas classificações (Adam 2001, Maingueneau 1998). Apresentadas estas propostas, serão sublinhadas as que consideramos mais pertinentes usar em contexto didático, e aplicadas a textos literários recomendados pelos programas de Português do ensino básico e secundário. Por fim, serão dissecadas as propriedades que permitem inserir alguns desses textos nas classes em que consensualmente são incluídos (com destaque para textos dos géneros romance, epopeia, conto e soneto).

Pretende-se, deste modo, apresentar uma sistematização operatória de classes de textos literários que seja aplicável na sala de aula e que esteja em conformidade com o que está previsto nos programas de Português. A dimensão pedagógica da reflexão constituirá um apoio aos professores do ensino básico e secundário na didatização dos conceitos abordados. As reflexões apresentadas são extensíveis a textos de outros géneros literários (como a novela, a cantiga, o auto, etc.), de outros tipos de discurso (como o discurso jornalístico, o discurso académico, etc.) ou de géneros avulsos (como a carta, o horário, o relatório, etc.).

2. Considerações preliminares

Uma vez que as classificações textuais têm como objeto os textos, justifica-se começar por definir o conceito de texto e por refletir acerca da atividade de classificar.

Um **texto** é um objeto verbal (ou seja, é composto por signos linguísticos) que constitui “um todo de sentido”, o que equivale a dizer que se caracteriza por ser coeso e coerente, que integra e suscita sentidos no âmbito de uma situação de enunciação particular. Do ponto de vista semântico, é, portanto, uma unidade de significado(s), e, do ponto de vista pragmático, concretiza um ou mais atos de fala (como prometer, perguntar, pedir, avisar, ameaçar, representar uma dada realidade, etc.).

Outras propriedades associadas ao conceito de texto são as seguintes:

a) a situação de enunciação em que cada texto é produzido caracteriza-se por coordenadas como os interlocutores (os respetivos papéis sociais, as relações socioprofissionais que mantêm, etc.), o tempo e o espaço em que o texto emerge; cada situação de enunciação é sempre única, singular;

b) os textos podem ser manifestados na oralidade ou na escrita; o suporte não é um critério decisivo para definir o conceito de texto; desde que constitua “um todo de sentido”, qualquer produto verbal configura um texto;

c) a extensão do objeto texto é indeterminada; deste modo, constitui um texto quer o aviso à porta de um estabelecimento comercial (por exemplo, «volto já»), quer um romance de Eça de Queirós (como *Os Maias*);

d) os textos podem ter um único locutor ou mais do que um; de acordo com esta propriedade, os diálogos e os debates, entre outras interações verbais possíveis, são considerados textos.

Concebido desta maneira, o texto é um objeto fisicamente manifestado e apreensível pelo sentido da visão, no caso da escrita, e pelo sentido da audição, no caso da oralidade. Situa-se, por isso, no plano empírico.

Atente-se, agora, em que consiste a atividade de classificar, e, em particular, a atividade de **classificar textos**. Quando se classifica, aproximam-se ou afastam-se entidades singulares, únicas. Por exemplo, quando se diz que o texto intitulado *Os Maias* e o texto com o título de *Ensaio sobre a cegueira* se inserem na classe dos **romances**, aproximam-se dois textos distintos, sendo incluídos no mesmo grupo. Note-se que constituem objetos produzidos em períodos históricos diferentes, cujos temas, personagens, intrigas e locais onde a ação decorre são diferentes, que evidenciam estilos de escrita igualmente diferentes, etc. Outras dimensões poderiam ser convocadas para demonstrar que se trata de duas entidades díspares. Todavia,

ambos os textos podem ser integrados na classe dos romances, uma vez que partilham algumas características comuns.

Entre essas características contam-se as seguintes: trata-se, nos dois casos, de textos que denotam eventos que se sucedem no tempo e que mantêm relações de causa-efeito, configurando um processo (uma intriga); esses eventos são protagonizados por personagens que sofrem uma evolução desde o início até ao final da história narrada; cada história pode incluir uma avaliação (ou lição de moral), explícita ou suscetível de ser inferida. Além disso, os referidos textos incluem, de forma alternada e/ou encaixada, sequências de tipo narrativo, descritivo e dialogal.

As propriedades explicitadas (que servem, juntamente com outras, para definir e delimitar o género romance) são comuns aos dois textos e permitem-nos aproximá-los, agrupá-los, apesar das inúmeras diferenças que foram anteriormente apontadas. Assim, classificar textos é um procedimento que pode ser perspectivado da seguinte maneira: consiste em aproximar textos singulares, agrupando-os numa mesma classe, ou afastá-los, inserindo-os em classes diferentes. Tal aproximação (ou afastamento) depende dos critérios selecionados para proceder à classificação.

Por exemplo, se recorrermos a um critério que decorre do facto de o autor se assumir como escritor literário, pode argumentar-se que *Os Maias*, de Eça de Queirós, e o poema que se inicia com o verso “Amor é um fogo que arde sem se ver”, de Luís de Camões, são **textos literários**; ainda que muito diferentes entre si, ambos foram escritos por indivíduos que, no período em que os redigiram estavam investidos do papel socioprofissional de escritores literários (ou os leitores assim o concebem) e, entre os objetivos que nortearam os respetivos autores, conta-se o de produzir uma obra de arte literária. Uma vez que os textos cumprem esse requisito (isto é, o critério em causa), podem ser integrados na mesma classe: a dos textos literários.

Todavia, se se recorrer a outros critérios, eles podem ser integrados em classes distintas. Na literatura, é pertinente distinguir textos escritos em prosa e textos escritos em verso. Com base neste critério, *Os Maias* e o referido poema de Camões são integrados em classes diferentes, pois o primeiro é um **texto em prosa** e o segundo é um **texto poético**. Acresce a este critério que, como vimos, *Os Maias* insere-se na classe dos **romances**, enquanto o poema de Camões integra-se na classe dos **sonetos**, o que se pode comprovar com base nas seguintes propriedades: é composto por catorze versos decassílabos distribuídos por duas quadras e dois

tercetos que respeitam um esquema rimático previsível (no caso em apreço, o esquema é o seguinte: *abba abba cdc dcd*; mas outros esquemas rimáticos convencionados são possíveis).

Estas breves reflexões são úteis quer para se compreender o modo como se processa a atividade de classificar textos, quer para se verificar que os textos são objetos verbais com diversas dimensões, e cada uma delas pode configurar um critério classificativo. Assim, a área de atividade socioprofissional e o papel social de que cada autor está investido podem servir para aproximar ou distinguir textos (como no caso dos **textos literários**, que contrastam com **textos jornalísticos**, **textos políticos**, **textos religiosos**, etc.). Por outro lado, no âmbito dos textos literários, a oposição **poesia/prosa** permite aproximar e distinguir textos com base em mecanismos como a versificação, a métrica e a rima (inerentes ao texto poético mas geralmente ausentes do texto em prosa). Além disso, de acordo com outras propriedades muito diversas, os textos podem ser inseridos em classes de géneros diferentes, como a dos **romances** e a dos **sonetos**.

Os textos são, por isso, objetos multidimensionais. Além das que foram anteriormente mencionadas, outras dimensões sob as quais cada texto pode ser perspectivado são as seguintes: o tema que nele se aborda, os objetivos que o seu autor procura atingir, a sua organização interna (ou seja, a seleção e ordenação dos conteúdos), a sua estrutura formal (isto é, a segmentação em períodos e em parágrafos, ou em unidades mais extensas, como os capítulos, os artigos, as entradas lexicais, etc.)¹, a sua função perlocutória, o suporte em que é produzido e em que circula, etc.² E é essa sua característica que dá origem a múltiplas classificações textuais, uma vez que cada classificação se baseia num ou mais critérios que decorrem de dimensões distintas mas, em todos os casos, inerentes aos textos ou às situações em que eles são produzidos.

Consequentemente, cada texto pode ser classificado de diversas maneiras, acumulando designações relativas às diferentes classes em que é suscetível de ser integrado: o texto intitulado *Os Maias* é, ao mesmo tempo, um **texto literário**, um **texto em prosa** e um **romance**; o soneto de Camões atrás mencionado é, simultaneamente, um **texto literário**, um **poema** e um **soneto**. A cada texto podem ser aplicados os critérios de diferentes classificações e, por isso, ele pode ser inserido em diversas classes, cada uma delas pertencente a uma dada classificação textual. Dito de outro modo, cada texto pode ser inserido em diversas classes no âmbito de classificações distintas: se for salientada a área de atividade socioprofissional no seio da qual o texto intitulado *Os Maias* surgiu (a literatura), trata-se de um **texto literário**; quanto ao género,

¹ No caso da poesia, é pertinente apontar a segmentação em versos, em estrofes e, dependendo do género em causa, em cantos (como na epopeia).

² Ver adiante secção **3.1.3. Classificações heterogéneas (géneros)**.

é um **romance**; no que diz respeito à oposição poesia/prosa, é um **texto em prosa**. E assim sucessivamente.

Foi anteriormente referido que os textos são objetos empíricos. As classes textuais, pelo contrário, situam-se num plano abstrato. Trata-se de conceitos definidos a partir de critérios suscetíveis de serem explicitados. Estabelecida esta oposição, é possível completar agora a definição da atividade de classificar: **classificar um texto** consiste em *associar um texto (plano empírico) a uma dada classe (plano abstrato), com base em propriedades que definem a classe em causa*.

Quando dois textos são inseridos na mesma classe (por exemplo, na classe dos romances), isso significa que partilham uma ou mais propriedades, ainda que se distingam em muitas outras: incide-se a atenção em algumas propriedades (as que são comuns ou se assemelham) e abstrai-se de outras (as que distinguem os textos).

Além disso, note-se que as características comuns que dois ou mais textos evidenciam podem assemelhar-se em maior ou menor grau; não se trata de uma questão de “tudo ou nada”, mas de uma questão de “mais ou menos”. Por isso, os textos são classificados segundo “ares de família”, na conceção de Wittgenstein. Tal como, nas classificações dos animais, há exemplares mais ou menos prototípicos (isto é, exemplares que congregam todas, muitas ou apenas algumas das propriedades específicas de uma dada espécie)³, também nas classificações textuais pode suceder que haja exemplares mais ou menos típicos (como se verá adiante na secção **3.2. Maingueneau**).

Vale a pena concluir esta secção com a seguinte reflexão, para tornar mais clara a oposição entre o plano concreto em que se situam os textos e o plano abstrato inerente às classes textuais.

Quando se diz “a **notícia** causou espanto e comoção”, em rigor, está-se a querer dizer “o texto (objeto concreto) da classe das notícias (plano abstrato) causou espanto e comoção”. Do mesmo modo, quando se diz “O **romance** queirosiano ainda hoje é muito apreciado e valorizado”, na verdade, está-se a querer dizer “Os textos (plano empírico) que Eça escreveu e que se inserem na classe dos romances (plano abstrato) são ainda hoje muito apreciados e valorizados”.

Expostos estes exemplos e as respetivas paráfrases, torna-se mais evidente o contraste entre os diferentes planos (empírico e abstrato) em que se situam os textos e as classes em que

³ A título de exemplo, uma águia é um exemplar mais prototípico da classe das aves do que um pinguim ou um avestruz. Como o pinguim e o avestruz não voam, constituem exemplares menos prototípicos. Dito de outro modo, estas duas espécies não satisfazem um dos requisitos usados para definir a classe das aves (voar).

se inserem. E, definidos estes conceitos operatórios, será mais fácil compreender as propostas dos autores que a seguir serão abordadas.

3. Contributos da Linguística Textual para o tema das classificações de textos

Ao longo das próximas secções, serão, então, explicitadas algumas das principais reflexões de três autores da área da Linguística acerca das classificações textuais. A sistematização apresentada pretende constituir-se como apoio aos docentes da disciplina de Português ou de outras disciplinas que tenham os textos como objeto de estudo principal ou acessório. Pretende-se dotar os docentes do ensino básico e secundário de um conjunto de ferramentas conceptuais aplicáveis na sala de aula, seja de forma intuitiva, seja de forma sistematizada e com fins didáticos.

3.1. Petitjean (1989)

Num artigo clássico, publicado no número 62 da revista *Pratiques* (subordinado ao tema “Classer les textes”), Petitjean (1989) sistematizou um conjunto de reflexões acerca do agrupamento de textos em classes. Propôs uma classificação de classificações textuais, tendo explicitado o número e os tipos de critérios que lhes subjazem. Nesta secção, será apresentada a sua conceção, que permitiu “arrumar” de forma articulada e esclarecedora as diversas propostas de agrupar textos, até então consideradas de forma avulsa.

Segundo o autor, as diferentes classificações textuais podem assentar:

- num único critério;
- num critério ou em mais do que um, mas que dizem respeito a fatores que caracterizam e condicionam a situação de enunciação em que o texto é produzido;
- em dois ou mais critérios de natureza diversa.

Distinguiu, deste modo, classificações textuais homogéneas, intermédias e heterogéneas, de acordo com os critérios classificativos que lhes subjazem, como se sistematiza no quadro 1.

Quadro 1.
Classificação de classificações textuais, segundo Petitjean (1989)

CLASSIFICAÇÕES TEXTUAIS	CRITÉRIOS CLASSIFICATIVOS
Homogéneas	Critério único
Intermédias	Critérios diversos mas ancorados na situação de enunciação
Heterogéneas	Critérios diversos e de natureza diferente

Nas secções seguintes, serão explicitados de modo mais aprofundado os fundamentos que subjazem a esta tripartição.

3.1.1. Classificações homogêneas (tipos de textos e tipos de sequências textuais)

As **classificações homogêneas** incluem as classificações textuais que assentam num único critério. A tipologia⁴ textual sugerida por Werlich (1975) baseia-se num critério de natureza cognitiva, nomeadamente nos mecanismos cognitivos que precedem ou subjazem à elaboração de cada texto. A sua proposta será explicitada para ilustrar um exemplo de classificação textual homogênea.

Werlich (1975) distinguiu cinco **tipos de textos**: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e instrucional, como se observa no quadro 2.

Quadro 2.
Classificação de tipos de textos, segundo Werlich (1975)

TIPO DE TEXTO	MECANISMO COGNITIVO
Narrativo	perceção dos acontecimentos no tempo
Descritivo	perceção dos objetos no espaço
Argumentativo	avaliação e tomada de posição do locutor
Expositivo	análise e síntese de representações conceptuais
Instrucional	antevisão de comportamentos futuros

De acordo com o critério que subjaz a esta tipologia, cada tipo de texto caracteriza-se por um dado mecanismo cognitivo, e manifesta propriedades específicas, como a seguir se explicita:⁵

– **Textos narrativos**: assentam no processo cognitivo de perceção dos acontecimentos no tempo; os textos produzidos a partir deste processo evidenciam características como as seguintes: denotam eventos que se sucedem no tempo e que mantêm relações de causalidade entre si; são protagonizados por personagens que sofrem necessariamente uma transformação ao longo da intriga, ou seja, (algumas das) propriedades que manifestam no final são diferentes das que manifestavam no início da história; uma avaliação (ou moral da história) pode ser explicitada ou, pelo menos, é suscetível de ser inferida. Entre as propriedades linguísticas mais frequentes conta-se, em português, o uso predominante do pretérito perfeito simples, manifestando precisamente o carácter sequencial dos eventos⁶ referidos.

⁴ Sobre a distinção entre os conceitos de *classificação* e *tipologia*, cf. Silva (2012: 36-38).

⁵ Para uma caracterização mais completa dos diferentes tipos de textos, recorreu-se também a reflexões de Adam (2011), autor que propôs uma classificação (não em tipos de textos, mas em tipos de sequências textuais) inspirada na proposta de Werlich (1975).

⁶ Retomamos a oposição entre *eventos* e *estados* proposta, entre outros, por Moens e Steedman (1988). Segundo estes autores, os eventos são classes aspetuais que se caracterizam por serem dinâmicos, em contraste com os estados, que não são dinâmicos, e, além disso, são atéticos e durativos. De acordo com a sua proposta, há quatro categorias de eventos: os *processos culminados* (durativos e téticos), os *processos* (durativos e atéticos), as

– **Textos descritivos:** têm origem no mecanismo cognitivo de percepção dos objetos no espaço; nos textos descritivos, são selecionadas entidades ou objetos (seres humanos, animais, cidades, edifícios, paisagens, etc.), e explicitadas as suas propriedades, assim como as suas partes constituintes; cada uma destas partes pode também ser caracterizada e segmentada em partes menores, e assim sucessivamente. Como propriedade linguística mais comum, sublinhe-se a ocorrência predominante de formas verbais de presente do indicativo ou do pretérito imperfeito, conferindo, em termos da sua temporalidade, a ideia de simultaneidade (seja em relação ao presente, seja em relação a um ponto de referência localizado no passado) entre os estados⁷ denotados.

– **Textos argumentativos:** estão associados aos processos cognitivos de avaliação e tomada de posição do locutor; com os textos argumentativos, procura-se demonstrar que uma tese é mais válida do que outra (a qual pode ocorrer explicitamente no texto ou ser inferível); os seus autores têm como objetivo convencer ou persuadir o(s) interlocutor(es), o que se pode concretizar na alteração das crenças dos interlocutores e estar na origem de atos como a aquisição de um bem ou serviço, ou no apoio de uma ideia, pessoa, partido ou instituição (em política, por exemplo, esse apoio pode materializar-se no exercício do voto). Entre as propriedades linguísticas mais frequentes, destaca-se o uso de conectores com valor lógico-causal (*porque, mas, além disso, conseqüentemente, em suma, etc.*), reforçando a ligação entre as ideias que são expostas no texto e conferindo-lhes, desse modo, coesão e coerência.

– **Textos expositivos:** relacionam-se com o mecanismo cognitivo de análise e síntese de representações conceituais; quando produz um texto deste tipo, o locutor tem como objetivo dotar o interlocutor de conhecimentos que este não possui; a dúvida ou a ignorância do interlocutor pode ser formulada através de uma questão do género de *porquê?*, *como?* ou *em que consiste?* Estes textos estruturam-se, por isso, de maneira a preencher um vazio nos conhecimentos do(s) interlocutor(es), o qual diz respeito, por exemplo, a uma dada situação ou acontecimento (a elevada taxa de inflação num período de tempo, a chegada do primeiro homem à lua, etc.) ou ao modo como se processa um determinado fenómeno (o funcionamento de um motor, o modo de reprodução de um animal, etc.). À semelhança do que foi referido

culminações (pontuais e téticas) e os *pontos* (pontuais e atélicos). Os textos narrativos denotam predominantemente eventos, enquanto os textos descritivos referem predominantemente estados.

⁷ Cf. nota anterior.

acerca dos textos argumentativos, a propriedade linguística mais comum dos textos expositivos consiste no uso de conectores com valor lógico-causal, que servem para interligar os conteúdos expostos, conferindo-lhes coesão e coerência.

– **Textos instrucionais:** centram-se na antevisão de comportamentos futuros; estes textos (que se inserem em géneros tão variados como o horóscopo, a receita de culinária ou as instruções de montagem) denotam indicações ou prescrições dirigidas a um alocutário indeterminado, e têm geralmente uma finalidade prática: ajudá-lo a realizar uma ação ou a alcançar um objetivo (cozinhar um prato, montar um armário, etc.). Entre as propriedades linguísticas mais comuns, destaca-se o uso predominante de formas verbais do presente do conjuntivo (com valor injuntivo), do presente do indicativo (com sujeito indeterminado) ou do infinitivo não flexionado;⁸ além disso, ocorrem frequentemente adverbiais temporais⁹ e organizadores textuais¹⁰ que especificam a ordem dos eventos e, por vezes, a sua duração.

Dado que se baseia num único critério (de natureza cognitiva), Petitjean (1989) considerou esta tipologia um exemplo de classificação textual homogénea. Também a **tipologia de sequências textuais** de Adam (2011) é considerada uma classificação homogénea, pois o principal critério que permite distinguir diversos tipos sequenciais (**narrativo, descritivo, argumentativo e explicativo**) diz respeito à estruturação prototípica dos conteúdos a incluir nos segmentos textuais.¹¹ Note-se, contudo, que essa tipologia assenta também num outro critério de natureza enunciativa, o qual está na origem da distinção entre tipos de sequências monogeradas (as quatro já referidas, que podem ter um único autor) e o tipo **dialogal** (que tem necessariamente mais do que um autor).

3.1.2. Classificações intermédias (tipos de discurso)

As **classificações intermédias** são classificações textuais que se baseiam num único critério ou em mais do que um, mas que revelam alguma homogeneidade quanto à sua natureza,

⁸ Os seguintes enunciados constituem exemplos relativos a cada uma das formas verbais referidas: **i)** *retire o papel vegetal e barre a massa com doce*; **ii)** *leva-se o tabuleiro ao forno aquecido a 200° C e retira-se ao fim de quinze minutos*; **iii)** *repetir a operação e lavar abundantemente*.

⁹ *Previamente, depois, a seguir, durante dez minutos, etc.*

¹⁰ *Em primeiro lugar, em segundo lugar, por fim, etc.*

¹¹ Cf Adam (2011: 44-47). Para uma sistematização e abundante exemplificação das propostas de Adam, cf. Silva (2012: 124-181).

pois dizem respeito a uma das dimensões da situação de enunciação: a área de atividade socioprofissional em que o texto emerge, o objetivo que com ele se pretende atingir, etc.

Entre as classificações intermédias conta-se a **classificação das funções da linguagem** de Jakobson. De acordo com este autor, o ato comunicativo requer a presença de seis elementos para se efetivar: o emissor, o recetor, a mensagem, o contexto, o código e o canal de comunicação. Quando a linguagem verbal incide particularmente num destes elementos, diz-se que predomina uma dada função da linguagem. Assim, a cada elemento da comunicação verbal corresponde uma dada função da linguagem. É possível transpor a classificação das funções da linguagem de Jakobson para uma classificação textual que prevê seis classes diferentes: textos expressivos, apelativos, poéticos, referenciais, metalinguísticos e fáticos.

O autor propôs, ainda, o conceito de dominante para aplicar às funções da linguagem e ele é pertinente também na classificação textual. De acordo com este conceito, um texto, regra geral, é *predominantemente* expressivo, apelativo, etc., e não *exclusivamente* expressivo, apelativo, etc.

Note-se, por fim, que esta classificação assenta num critério que diz respeito ao objetivo que o locutor pretende atingir com o texto produzido: expressar as suas ideias e emoções, persuadir o seu interlocutor, denotar o mundo que o rodeia, etc. Trata-se de um critério que está enraizado na situação de enunciação: de facto, o objetivo que o locutor procura atingir constitui um dos fatores que caracterizam a situação de enunciação em que o texto surge.¹²

Uma classificação textual intermédia cujo uso em contexto didático ganha especial relevância é a classificação em **tipos de discurso** baseada num critério de natureza socioprofissional. Esta classificação tem a vantagem acrescida de poder ser associada às classificações em géneros, pelo que a sua aplicação é particularmente útil no ensino básico e secundário, permitindo uma “arrumação” clara e intuitiva, como adiante se verá. Assinale-se, por agora, os fundamentos desta classificação em tipos de discurso, tal como foi adotada por Maingueneau e Cossutta (1995).

Numa perspetiva sociológica, é possível divisar diferentes grupos socioprofissionais nas sociedades contemporâneas, de acordo com a área de atividade em que os indivíduos desempenham tarefas e assumem papéis socioprofissionais. Por exemplo, pessoas que exercem

¹² Outra classificação que se pode transpor e aplicar ao domínio das classificações textuais é a **tipologia de atos ilocutórios** de John Searle (1969). O critério usado decorre do(s) ato(s) realizado(s) pelo locutor quando produz o texto. As classes previstas nesta classificação são as seguintes: textos representativos, diretivos, comissivos, declarativos e expressivos. Também neste caso se justifica usar o conceito de dominante proposto por Jakobson. Assim, cada texto é, regra geral, *predominantemente* representativo, diretivo, etc., e não *exclusivamente* representativo, diretivo, etc.

atividades que incluem a produção de textos (orais e escritos) na área do jornalismo pertencem a um mesmo grupo socioprofissional. Este raciocínio é válido para outros grupos, como os indivíduos que se dedicam a áreas como a política, a administração da justiça ou a religião, entre outras. Os grupos socioprofissionais assim delimitados são designados **formações sociodiscursivas**.

O que caracteriza uma formação sociodiscursiva é, por um lado, o facto de os indivíduos que as integram desempenharem tarefas no âmbito de uma mesma área de atividade (e assumirem, por isso, papéis socioprofissionais inerentes a essa área, como jornalista ou diretor de jornal, no caso do jornalismo; primeiro-ministro ou deputado, no caso da política; juiz ou advogado, no caso da justiça; papa ou sacerdote, no caso da religião). Por outro lado, essas tarefas incluem a produção de textos socialmente relevantes, precisamente porque as áreas de atividade que estamos a referir são importantes na organização das complexas sociedades atuais.

Sublinhe-se que as formações sociodiscursivas não constituem grupos homogêneos, uma vez que os indivíduos que as integram não têm exatamente as mesmas ideias e opiniões, e nem sempre pretendem atingir os mesmos fins. Cada uma é composta por indivíduos que têm frequentemente objetivos distintos (por vezes, contraditórios e opostos), o que se pode comprovar apresentando como exemplo a atividade política; neste caso, assim como noutros, há permanentes tensões e confrontos devido a fortes divergências, e, no seu seio, há indivíduos e grupos de indivíduos que perseguem objetivos muito diferenciados e contrastantes. O mesmo sucede, em maior ou menor escala, e de formas mais ou menos evidentes ou conflituosas, em todas as formações sociodiscursivas.

A cada formação sociodiscursiva é possível associar um determinado **tipo de discurso**, que inclui todos os textos produzidos pelos indivíduos que exercem tarefas numa dada área. Assim, a formação sociodiscursiva constituída pelos indivíduos que se dedicam ao jornalismo produz textos que se inserem no âmbito do **discurso jornalístico**; os indivíduos que se dedicam à administração da justiça produzem textos que se integram no **discurso jurídico**. Outros exemplos dos principais tipos de discurso atestados nas sociedades contemporâneas são explicitados no quadro 3.

Quadro 3.
Áreas de atividade socioprofissional e correspondentes tipos de discurso

ÁREAS DE ATIVIDADE SOCIOPROFISSIONAL	TIPOS DE DISCURSO
Jornalismo	Discurso jornalístico
Política	Discurso político
Justiça	Discurso jurídico
Religião	Discurso religioso
Investigação (e ensino superior)	Discurso científico (académico)
Literatura	Discurso literário
Publicidade	Discurso publicitário
...	...

Esta classificação em tipos de discurso apresenta vantagens evidentes em contexto didático. Por um lado, é intuitiva e depende da mera apreensão de grupos sociais de acordo com a atividade por eles desenvolvida.¹³ Por outro lado, articula-se perfeitamente com as classificações em géneros. De que modo?

Cada formação sociodiscursiva dispõe, numa dada sincronia, de um conjunto de géneros que pode usar para atingir os objetivos que são inerentes a essa área de atividade. Por exemplo, no âmbito da formação sociodiscursiva que se dedica ao jornalismo, existe um conjunto de géneros disponíveis que permitem aos indivíduos que a integram desempenharem as suas tarefas e concretizarem as finalidades que se propõem. Assim, o **discurso jornalístico** inclui, entre outros, os seguintes géneros: a notícia, a reportagem, a entrevista, o editorial e o artigo de opinião. O mesmo sucede no âmbito de outros tipos de discurso. O **discurso científico** (ou académico) inclui a tese de doutoramento, a dissertação de mestrado, o artigo científico, a aula, a conferência, etc. O **discurso jurídico** inclui o despacho, o decreto-lei, os estatutos, o regulamento, o requerimento, etc. Na secção **4. Contributos para a didatização das**

¹³ Há, contudo, uma desvantagem: as classes não são completamente estáveis, uma vez que é sempre possível que surjam novas formações sociodiscursivas que originem novos tipos de discurso. Do mesmo modo, é plausível conceber que possam desaparecer outros. Além disso, as áreas de atividade podem ser segmentadas e subdivididas de acordo com critérios mais específicos, obtendo-se, assim, classes mais ou menos abrangentes. Por exemplo, pode-se perspetivar o discurso dos professores como um todo, ou segmentar esta classe profissional em subgrupos segundo os mais diversos critérios, como o grau de ensino em que lecionam (o discurso dos professores do ensino básico e secundário, o discurso dos professores do ensino superior), a área de conhecimento que lecionam (o discurso dos professores de português, o discurso dos professores de matemática, etc.), a área geográfica em que lecionam (o discurso dos professores do norte, do centro, do sul, etc.), ou qualquer outro critério aplicável.

classificações textuais, estes e outros géneros serão sistematizados e associados aos respetivos tipos de discurso.

3.1.3. Classificações heterogéneas (géneros)

As classificações em **géneros** inserem-se nas chamadas **classificações heterogéneas**, que integram as classificações textuais baseadas em vários critérios de natureza diversa. Petitjean (1989: 94) indicou diversos critérios que subjazem às classificações em géneros. O quadro 4 sistematiza alguns desses critérios e explicita classes de textos que deles dependem (os exemplos de géneros e subgéneros encontram-se destacados a negrito na coluna da direita).

Quadro 4.
Crítérios em que podem assentar as classificações heterogéneas, segundo Petitjean (1989)

CRITÉRIOS	EXEMPLOS DE CLASSES DE TEXTOS
Conteúdo temático	Romance sentimental vs. Romance de ficção científica
Organização global	Narração (conto) vs. Descrição (retrato)
Modo comunicacional	Texto sério (reportagem, carta de reclamação) vs. Texto ficcionado (romance de ficção científica, romance epistolar)
Intenção comunicativa	Texto que informa (relatório) vs. Texto que argumenta (panfleto político)
Função perlocutória	Texto para fazer rir (anedota) vs. Texto para instruir (explicação)
Suporte	Texto oral (conversa, debate) vs. Texto escrito (carta, romance)

Através da análise do quadro, observa-se que ele inclui critérios diversificados que estão na origem da distinção entre os géneros. Esses critérios dizem respeito ao conteúdo típico dos textos que se inserem numa dada classe, à intenção comunicativa do autor, ao suporte do texto, etc.

Dizer que uma classificação em géneros é heterogénea equivale a dizer **i**) que cada género é caracterizado e identificado com base em mais do que um critério, e **ii**) que os critérios que servem para identificar e delimitar um dado género são de natureza diversa (ou seja, os critérios usados para definir e delimitar um dado género não são necessariamente os mesmos que nos permitem definir e delimitar um outro género). Vale a pena exemplificar, contrastando as propriedades de dois géneros incluídos no mesmo tipo de discurso: o discurso jornalístico.

Um texto do género **notícia** caracteriza-se, entre outras propriedades, por ter a finalidade de informar o seu público-alvo acerca de acontecimentos não ficcionados, e por selecionar e estruturar os conteúdos de um modo específico (procurando responder às questões *quem?*, *o quê?*, *quando?*, *onde?*, *como?* e *porquê?*). Deste modo, os principais critérios que permitem definir e delimitar os textos deste género são os seguintes:

- seleção¹⁴ e estruturação dos conteúdos (respondem a perguntas específicas);
- objetivo (informar).

Por seu turno, um texto do género **editorial**, sendo da responsabilidade do diretor (ou da direção) do jornal¹⁵, explicita a posição oficial da publicação. Nele se expõe a opinião acerca de acontecimentos e personalidades, tratando-se, por isso, de um texto com uma clara dimensão argumentativa. O principal objetivo que lhe subjaz é, então, convencer ou persuadir os leitores. Os critérios mais relevantes através dos quais se pode definir e delimitar os textos do género editorial são, portanto, os seguintes:

- autoria (direção do jornal);
- objetivo (convencer ou persuadir).¹⁶

Para caracterizar e distinguir estes dois géneros do discurso jornalístico recorre-se a um critério comum: o objetivo com que se produzem textos. Note-se que o critério é comum, porquanto diz respeito ao objetivo com que se redige um texto do género em causa; todavia, o objetivo é diferente em cada um dos géneros, pois, com a **notícia**, pretende-se informar e, com o **editorial**, convencer ou persuadir. Apesar de as finalidades inerentes aos textos destes géneros serem diversas, eles contribuem para desempenhar tarefas próprias dos indivíduos da formação sociodiscursiva em causa: informar, no caso da notícia, e opinar, no caso do editorial. Esta oposição permite, aliás, distinguir, no âmbito do **discurso jornalístico**, **textos informativos** (como a notícia e a reportagem) de **textos opinativos** (como o editorial, o artigo de opinião e a entrevista).

¹⁴ Inerente à seleção dos conteúdos incluídos nos textos do género notícia encontra-se a sua relação com a realidade objetiva: deve tratar-se de conteúdos não ficcionados.

¹⁵ Sublinhe-se que, embora menos frequentemente, também há textos do género editorial emitidos por redações que integram estações de rádio e de televisão.

¹⁶ A este critério poderia associar-se um outro que diz respeito ao carácter argumentativo dos textos do género editorial, ou seja, que neles é possível detetar uma ou mais sequências de tipo argumentativo ou, pelo menos, entrever um movimento argumentativo, em que as ideias são expostas visando defender uma tese e posicionar-se contra outra (que é explicitada no texto ou que é suscetível de ser inferida).

Mas deve ser sublinhado o facto de os critérios que servem para caracterizar os textos do género notícia não serem exatamente os mesmos que são usados para caracterizar os textos do género editorial. No caso da **notícia**, é pertinente considerar o critério que diz respeito à seleção e estruturação dos conteúdos; no caso do **editorial**, esse critério não é contemplado, sendo decisivo o critério que diz respeito à autoria do texto. Assim, os critérios que nos permitem definir cada um destes géneros são diversos e dizem respeito a dimensões distintas. Justifica-se, portanto, que Petitjean (1989) considere as classificações em géneros como classificações heterogéneas.

No final desta secção, justifica-se colocar a seguinte questão: o que trouxeram de novo as reflexões de Petitjean?

Em primeiro lugar, elas permitiram proceder a uma arrumação mais adequada das classificações textuais, que anteriormente eram concebidas de modo avulso. Essa arrumação, baseada na comparação entre classificações (nomeadamente quanto ao número e à natureza dos critérios em que se baseiam), permitiu compreender melhor o que aproxima e o que afasta as diversas classificações textuais.

Em segundo lugar, e de acordo com esta inovadora sistematização, o autor sugeriu que fossem usadas designações diferentes para cada conjunto de classificações, como se explicita no quadro 5.

Quadro 5.

Designações das classes de textos adotadas nas diferentes classificações, segundo Petitjean (1989)

CLASSIFICAÇÕES TEXTUAIS	DESIGNAÇÕES DAS CLASSES TEXTOS
Homogéneas	Tipos de textos e tipos de sequências textuais
Intermédias	Tipos de discurso
Heterogéneas	Géneros

A designação de **tipos de textos** e de **tipos de sequências textuais** ficou reservada às classificações homogéneas, como as de Werlich (1975) e de Adam (1992, 2011). A designação de **tipos de discurso** aplica-se às classificações intermédias, como as de Maingueneau e Cossuta (1995), de Jakobson (1963) e de Searle (1969). Por fim, a designação de **géneros** é usada no âmbito das classificações heterogéneas.

Não constitui um preciosismo o uso de designações distintas no âmbito de diferentes classificações. Na bibliografia sobre o tema, é frequente que se refira um mesmo conceito recorrendo a designações distintas, como *tipo de texto* e *tipo de discurso*. Sucede, de igual

modo, que as classes de um mesmo nível hierárquico da classificação sejam indiferentemente designadas *género* e *subgénero*. No âmbito do discurso literário, acresce, ainda, a classificação em *modos*, cujas classes (lírica, narrativa e drama) são, por vezes, concebidas como *géneros*.

Vale a pena, por isso, explicitar um bom exemplo de uso adequado destas designações no *Programa de Português do ensino básico* (o destaque em itálico é da nossa responsabilidade):

«Escrever com autonomia e fluência diferentes *tipos de texto* adequados ao contexto, às finalidades, aos destinatários e aos suportes da comunicação, adotando as convenções próprias do *género* seleccionado.»¹⁷

Nesta citação, distingue-se claramente tipos de texto e géneros. Note-se, além disso, que diversas classificações textuais podem cruzar-se e ser aplicadas a um mesmo texto. O **tipo narrativo**, por exemplo, pode ser encontrado em textos de géneros como o **romance**, o **conto** ou a **anedota**. E o **tipo argumentativo** é usado em textos de géneros como o **editorial**, o **sermão** e a **tese de doutoramento**. A citação é, por isso, um exemplo feliz da arrumação conceptual e terminológica que as reflexões de Petitjean (1989) propiciaram. A adoção das designações de acordo com a proposta deste autor promove, simultaneamente, uma clara delimitação conceptual e uma referência inequívoca às classes em causa.

Outros autores complementaram estas propostas de Petitjean (1989), em particular no que diz respeito às classificações heterogéneas (ou seja, às classes designadas géneros). Ao longo das próximas duas secções, serão apresentadas reflexões de Maingueneau (1998) e de Adam (2001) sobre os critérios que subjazem à identificação e delimitação dos **géneros**. Ao listar as dimensões ou componentes desses critérios, procurar-se-á ilustrar com exemplos de que modo eles são aplicáveis a textos de géneros diferentes.

3.2. Maingueneau (1998)

Dominique Maingueneau inscreve-se na área da Análise do Discurso. Este campo de investigação tem como objeto de estudo a prática social de produção de textos, e procura refletir acerca das condições sócio-históricas em que os textos são produzidos e das maneiras como refletem esses condicionalismos.

Nas suas reflexões, o autor estabeleceu um paralelo entre os géneros e os atos de fala (como a promessa, a pergunta, o pedido, etc.). Para um indivíduo fazer uma promessa, é

¹⁷ Reis et al. (Coord.) (2009: 117).

necessário que estejam reunidas algumas condições¹⁸, entre as quais se contam as duas seguintes: **i)** o locutor deve ter a possibilidade de fazer aquilo que promete fazer, e **ii)** o interlocutor deve estar interessado na concretização dessa promessa. Do mesmo modo, segundo o autor, para que um texto se insira num dado género (quer na perspectiva do locutor, quer na do interlocutor), é necessário que sejam respeitadas algumas condições. Tais condições podem ser encaradas como tipos de critérios suscetíveis de subjazer à definição dos géneros.

São os seguintes os critérios que, de acordo com Maingueneau (1998), servem para determinar em que **género** se integra um dado texto:

- a) a finalidade que se pretende atingir com o texto;
- b) o estatuto dos interlocutores envolvidos na interação;
- c) o tempo e o espaço em que o texto é produzido;
- d) o suporte material em que o texto circula;
- e) a organização textual.

A **finalidade** que o locutor pretende atingir com o texto que produz é um dos critérios com base nos quais é possível distinguir textos de diferentes géneros. O autor de uma tese de doutoramento pretende obter, com esse texto, o grau de doutor, enquanto um indivíduo que redige uma dissertação de mestrado tem como objetivo obter o grau de mestre. Ao escrever um texto do género notícia, um jornalista visa informar o público acerca de um determinado acontecimento (ou um conjunto de acontecimentos), enquanto o diretor do mesmo jornal, quando escreve um texto do género editorial, pretende convencer os leitores acerca das ideias que expõe e que defende. Assim, o objetivo que um locutor tem em mente permite diferenciar textos de géneros distintos, proporcionando uma delimitação mais clara entre os géneros, em particular entre os que estão disponíveis no seio de um mesmo tipo de discurso (o discurso académico ou o discurso jornalístico, no caso dos exemplos apresentados). Por isso, identificar ou reconhecer as finalidades inerentes aos textos de um dado género é decisivo para que se possa inserir esses textos nos géneros em causa.

Também o **estatuto socioprofissional dos interlocutores** configura um critério relevante para a determinação do género em que um texto se integra. Para se produzir textos de um dado género é necessário estar investido de um papel socioprofissional específico. Frequentemente, a assunção de um determinado papel é regida legalmente: um juiz, um padre ou um professor necessitam de estar devidamente habilitados para poderem exercer as suas funções. No caso de outros papéis sociais, eles devem-se quer às relações de parentesco (pai,

¹⁸ Trata-se das “condições de felicidade” de concretização de cada ato de fala.

mãe, filho, avó, neta, etc.), quer a outro tipo de relações sociais (paciente, cliente, etc.), quer, ainda, a uma opção individual tomada de forma deliberada e consciente (como sucede com os escritores de textos literários).

De que forma podem os papéis socioprofissionais dos interlocutores condicionar o género em que se inscrevem os textos por eles produzidos? Um texto do género acórdão só pode ser escrito por um indivíduo com o papel de juiz. O autor de um texto literário (por exemplo, do género romance) assume o papel de escritor. Ora, não é possível que quem assume o papel de escritor redija um texto do género acórdão, e não é expectável que um juiz (quando está investido desse papel socioprofissional) escreva um texto do género romance.

Deve ser sublinhado, contudo, que cada indivíduo pode assumir, ao longo do dia, diversos papéis. Na verdade, um juiz pode escrever um romance; todavia, nos períodos de tempo em que o faz, não assume o papel de juiz, mas o de escritor. Assim, é pertinente sublinhar duas ideias: por um lado, o estatuto socioprofissional do locutor depende da atividade que se encontra a desenvolver quando produz um dado texto; de igual modo, esse estatuto mantém uma íntima relação quer com a finalidade que o autor pretende atingir com esse texto, quer com o tempo e o espaço em que ele é produzido.

De facto, o **tempo** e o **espaço** em que o texto é produzido condicionam o surgimento de textos de géneros específicos. Numa igreja, enquanto decorre uma missa, espera-se que os textos produzidos se insiram em géneros (do discurso religioso) como a oração, a parábola e o sermão, mas não em géneros como a notícia, o soneto ou o decreto-lei. Numa sala de audiências de um tribunal, enquanto decorre um julgamento, espera-se que os textos produzidos se integrem em géneros (do discurso jurídico) como o interrogatório, o requerimento ou a sentença, mas não em géneros como a tese de doutoramento, o romance ou a encíclica. Dito de outro modo, o tempo e o espaço em que cada texto emerge também impõem restrições relativamente ao género a que é adequado (ou, pelo menos, expectável) recorrer.

Estes três primeiros critérios subsumem a célebre questão de Charaudeau (1995: 102) – «estamos aqui para dizer ou fazer o quê?»¹⁹ –, na medida em que englobam os mais relevantes condicionalismos externos ao texto que necessariamente nele se refletem (a nível da seleção das ideias a incluir no texto, da sua estruturação, das escolhas léxico-sintáticas, etc.). Por outras palavras, qualquer texto é condicionado por um conjunto de fatores, como a área de atividade socioprofissional em que os interlocutores se situam (jornalismo, literatura, política, religião, justiça, etc.). No âmbito de uma dada área, os indivíduos assumem certos papéis

¹⁹ Tradução (da nossa responsabilidade) de «on est là pour dire ou faire quoi?».

socioprofissionais e interação (oralmente ou por escrito) num tempo e num espaço determinados, procurando atingir objetivos específicos. Estes fatores, por um lado, condicionam os textos produzidos e, por outro lado, encontram-se neles refletidos, de formas mais ou menos evidentes.

Um quarto critério de identificação dos géneros foi apontado por Maingueneau: o **suporte material** em que o texto circula. Uma primeira distinção permite opor textos orais a textos escritos. Acresce a esta oposição que quer os textos orais, quer os escritos podem circular em diversos suportes. Assim, um texto escrito pode circular de forma manuscrita (um recado, uma carta), mas também impresso num jornal, numa revista, ou num *outdoor*, ou, ainda, ser disponibilizado na internet, entre diversas outras possibilidades. Do mesmo modo, um texto oral pode ocorrer presencialmente numa aula ou numa conversa entre duas ou mais pessoas, ou à distância (via telefone e telemóvel, por exemplo), mas também circular na televisão, na rádio, na internet, etc.

Maingueneau (1998: 54) argumenta a favor da ideia segundo a qual «uma alteração no seu suporte material modifica radicalmente um género de discurso: um debate político televisionado é um género discursivo completamente distinto de um debate numa sala que tem exclusivamente como público a audiência que está presente».²⁰ Por conseguinte, o suporte material em que o texto é fixado e no qual circula é também um fator decisivo para determinar em que género ele se integra.

Por fim, o autor refere-se à **organização textual**. Cada género prescreve, de formas mais ou menos ritualizadas, uma estruturação interna específica. A organização textual remete para aspetos como os seguintes:

i) o modo como o texto é segmentado (em períodos e em parágrafos; mas também em capítulos, no caso do romance; em estrofes, no caso de um soneto; em artigos, no caso de um decreto-lei; etc.);

ii) a distribuição dos conteúdos ao longo do texto (a estruturação dos conteúdos pode partir das questões gerais para as questões particulares, como geralmente sucede no caso dos estatutos; ou pode estar assente em desenvolvimentos cronológicos, como no caso do romance; ou pode depender de uma ordenação alfabética, como nos dicionários de línguas; etc.);

iii) a ocorrência de sequências textuais de um único tipo ou de tipos diversos (narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialógico);²¹

iv) outros aspetos de natureza estilística (de que se destacam as escolhas lexicais e as construções sintáticas).

²⁰ Tradução (da nossa responsabilidade) de «une modification de son support matériel modifie radicalement un genre de discours: un débat politique télévisé est un tout autre genre de discours qu'un débat dans une salle avec pour seul public les auditeurs présents».

²¹ São estas as classes incluídas na proposta de classificação de sequências textuais, de Jean-Michel Adam (2011).

É importante notar que a organização textual depende, embora de modo muito flexível, dos fatores externos anteriormente mencionados. De facto, ela não é totalmente previsível ou pré-determinada de forma rígida pela área de atividade socioprofissional do locutor, ou pelas finalidades que ele pretende atingir, ou pelo tempo e pelo espaço em que o texto é produzido. Mas o estilo usado pelo autor de um texto, assim como a sua segmentação, a ordenação dos conteúdos e a seleção dos tipos de sequências que nele se integram são condicionados por aqueles fatores, ainda que com graus de flexibilidade variáveis, seja por decisão do locutor, seja por exigências do próprio género.

Há géneros que prescrevem com grande rigidez a estruturação dos textos. É o que se verifica com os textos do género requerimento, em que, regra geral, mudam apenas os dados biográficos do requerente. Noutros casos, como no soneto, a obrigatoriedade recai sobretudo em aspetos formais (embora também estilísticos): catorze versos distribuídos por duas quadras e dois tercetos, versos decassilábicos e a obediência a um determinado esquema rimático (entre vários possíveis). Neste caso, o locutor pode assumir uma atitude que se situa, em graus variáveis, entre dois polos opostos: o respeito absoluto pelas propriedades do género em que se insere o texto que pretende produzir ou a violação das determinações do género em causa.

Alguns géneros dificilmente aceitam que sejam derrogadas as suas propriedades. Textos dos géneros oração e requerimento são, regra geral, imunes a modificações, seja porque se trata de géneros muito ritualizados (como a oração) ou de géneros sujeitos a escassa variação (como o requerimento). Já em textos de géneros do discurso literário observa-se com regularidade que há tentativas (por parte dos seus autores) de subversão, de violação das propriedades que é expectável neles encontrar, motivadas por razões de natureza estética ou ideológica, entre outras.

Por exemplo, em *Chet Baker pensa na sua arte*, Enrique Vila-Matas argumenta que «a história do romance tem sido, desde os seus inícios, a história de uma rebelião constante e extrema contra as leis ou costumes inventados pelo próprio romance».²² Este autor tem sistematicamente procurado esbater as fronteiras entre diferentes géneros, por exemplo, introduzindo textos de géneros inesperados no seio de um texto que se insere num outro género. Na obra atrás referida, há propriedades predominantes do género ensaio, mas também outras inerentes a géneros narrativos como o romance, a novela e o conto.²³ Em *O mal de Montano*,

²² VILA-MATAS, Enrique (2013), *Chet Baker pensa na sua arte* (trad.), Lisboa, Teodolito, p. 14 (edição original: 2012). Em rigor, talvez se devesse dizer “contra as leis e costumes inventados pelos próprios autores dos romances”.

²³ O autor sugere que o género do seu próprio texto possa ser designado “ficção crítica”. Esta proposta de criação de um novo género parece constituir «a sua tentativa de superar a Forma tão fossilizada do ensaio tradicional»,

um texto cujas propriedades dominantes apontam para a sua inserção no género romance²⁴, dois dos cinco capítulos evidenciam características de outros géneros (o diário e o dicionário de autores)²⁵.

Atente-se, de igual modo, no seguinte poema:

*Que saudoso lugar!... Em roda, as flores
nascem por entre a relva; estes pinheiros
parecem suspirar também de amores...*

*O Zéfiro respira; o sol formoso
vai dos troncos as sombras aportando,
que já se inclina o carro luminoso...*

*O rouxinol te está desafiando;
querem-te ouvir os verdes arvoredos
que o vento faz mover de quando em quando;
e a musa que de amor sabe os segredos...*

*Risonhas flores, que um estreito laço
formais de vossos ramos na floresta.
sei que Glaura vos ama... Pela sesta,
deixai-vos desfolhar no seu regaço.*²⁶

Este texto inclui versos decassilábicos e é constituído por dois tercetos e duas quadras. O seu esquema rimático é o seguinte: *aba cdc dede fggf*. Respeita a regra segundo a qual os versos devem ser decassilábicos, mas viola a da ordenação das estrofes (duas quadras seguidas de dois tercetos, e não o inverso).²⁷ Poderá ser incluído no género soneto? É plausível que fosse

VILA-MATAS, Enrique (2013), *Chet Baker pensa na sua arte* (trad.), Lisboa, Teodolito, p. 90 (edição original: 2012).

²⁴ VILA-MATAS, Enrique (2004), *O mal de Montano* (trad.), Lisboa, Teorema (edição original: 2002). Na capa da edição portuguesa desta obra consta o seguinte excerto: «Prémio Femina (França) para o Melhor *Romance Estrangeiro*» (o destaque em itálico é da nossa responsabilidade).

²⁵ A inclusão de propriedades específicas de diferentes géneros num único texto é uma característica da literatura contemporânea, ou, pelo menos, pós-romântica. De acordo com Aguiar e Silva (1988: 353-354), desde a Antiguidade Clássica, e, em particular, entre o Renascimento e o período neoclássico, «o género foi concebido como uma essência inalterável, ou, pelo menos, como uma entidade invariante, governada por regras bem definidas, vigorosamente articuladas entre si e imutáveis», prescrevendo-se «a necessidade de manter rigorosamente distintos os diversos géneros: cada um possuía os seus temas próprios, o seu estilo, a sua forma e os seus objectivos peculiares, devendo o escritor esforçar-se por respeitar esses elementos configuradores de cada género em toda a sua pureza. Os géneros híbridos, resultantes da miscigenação de géneros diferentes, foram rigorosamente proscritos».

²⁶ In MOUZINHO, António Ruivo (Coord.), *A circulação do quadrado*, Porto, UNICEPE, 2004, p. 106.

²⁷ Também se poderá argumentar que derroga a regra relativa ao esquema rimático: geralmente, encontra-se o mesmo esquema rimático nas duas quadras (ou rima cruzada, ou rima interpolada e emparelhada). Neste poema, o autor usa rima cruzada na primeira quadra e rima interpolada e emparelhada na segunda.

essa a intenção do seu autor, embora pretendesse, também, subverter a regra relativa à ordem de ocorrência das quadras e dos tercetos.

Tratando-se de um texto que respeita algumas propriedades inerentes ao gênero soneto, mas que derroga outra(s), pode dizer-se que constitui um exemplar desse gênero, embora se trate de um exemplar menos prototípico do que outros textos (do mesmo modo que, tal como foi referido anteriormente, um pinguim constitui um exemplar menos prototípico do grupo das aves, em comparação com a águia).

3.3. Adam (2001)

Jean-Michel Adam situa-se na área da Linguística Textual. Esta disciplina tem como objeto de estudo as formas como os textos se estruturam de modo a constituírem um “todo de sentido”, isto é, caracterizados pela coesão e pela coerência.

O objeto de estudo da Linguística Textual difere, portanto, do objeto da Análise do Discurso. A Linguística Textual está centrada no objeto texto. Embora tenha em consideração os fatores que condicionam as propriedades neles atestadas, é o texto que constitui o seu foco de atenção. A Análise do Discurso procura estudar as interligações entre a situação de enunciação e o texto, realçando, por isso, os fatores externos que influenciam decisivamente as características dos textos.

Esta constatação tem consequências relevantes no modo como Adam e Maingueneau refletem acerca dos critérios que permitem identificar e delimitar os gêneros. Nas propostas de ambos os autores encontramos, naturalmente, pontos em comum, uma vez que há tipos de critérios subjacentes aos gêneros que são contemplados nas suas reflexões. Todavia, Maingueneau (1998) confere destaque às dimensões que decorrem dos *fatores externos* ao texto e o condicionam. Três das cinco dimensões que propõe (o estatuto dos interlocutores, as finalidades, o tempo e o espaço em que emerge o texto) inserem-se no que podemos designar por fatores situacionais. Adam (2001), por seu turno, sublinha as *componentes internas*, ou seja, as que decorrem de propriedades atestadas nos textos (composicional, semântica, estilístico-fraseológica, material, metatextual, peritextual); seis das oito componentes que Adam propôs configuram dimensões internas aos textos.

Vejamos, então, quais são as oito componentes propostas por este autor, e nas quais se inserem os critérios que permitem identificar a classe generica a que se associa um dado texto:

- a) componente enunciativa;
- b) componente pragmática;

- c) componente composicional;
- d) componente semântica;
- e) componente estilístico-fraseológica;
- f) componente material;
- g) componente metatextual;
- h) componente peritextual.

Segundo a proposta de Adam (2001), a **componente enunciativa** inclui os critérios que dizem respeito à identidade dos interlocutores: a área de atividade socioprofissional em que exercem funções e o estatuto socioprofissional que assumem quando produzem textos. A área de atividade socioprofissional permite-nos identificar e delimitar a formação sociodiscursiva em que se integram os interlocutores. Por exemplo, o diretor de um jornal dedica-se ao jornalismo, e integra a mesma formação sociodiscursiva que todos os indivíduos que também se dedicam a esta área: outros diretores, editores, jornalistas, etc. Um juiz dedica-se à administração da justiça, e integra-se na mesma formação sociodiscursiva que outros juízes, procuradores, advogados, etc. Como foi já sublinhado, ao assumir um determinado papel socioprofissional, cada indivíduo tem à sua disposição um conjunto de géneros inerentes à área de atividade em que se insere: um jornalista, por exemplo, pode redigir textos dos géneros notícia, entrevista, reportagem, coluna, etc.

A **componente pragmática** integra os objetivos inerentes ao texto produzido. Quando escreve um editorial, o diretor de um jornal pretende, entre outras finalidades plausíveis, explicitar a posição oficial do jornal relativamente a um dado tema, argumentar em favor de uma tese e contra outra(s), e persuadir os seus leitores. Ao elaborar uma notícia, o jornalista tem como objetivo principal explicitar um conjunto de factos. A diferença de objetivos contribui, portanto, para distinguir textos de diferentes géneros no seio do discurso jornalístico.

A **componente composicional** remete para o modo como os textos são estruturados. Nesta componente, incluem-se questões como a segmentação do texto em períodos e em parágrafos (ou em versos, no caso do texto poético), mas também em partes, capítulos, artigos, entradas lexicais, etc. Integra, por isso, o plano de texto adotado, no qual se inserem, também, os diversos tipos de sequências atestadas (narrativas, descritivas, argumentativas, explicativas ou dialogais, na conceção de Adam (2011)). No caso de textos multimédia, inclui, ainda, a relação entre texto e imagens, gráficos, esquemas, etc. Em suma, nesta componente integram-se aspetos de ordem microestrutural e macroestrutural.

Justifica-se uma reflexão acrescida, embora breve, acerca do conceito de **plano de texto**: ele diz respeito à ordenação dos conteúdos e à segmentação formal dos textos, ou seja,

ao que a retórica clássica designava por *dispositio*. O plano pode ser convencional (estabelecido de forma fixa no seio de um dado género) ou ocasional (gerado no momento em que se produz o texto).²⁸ Vejamos alguns exemplos de planos de texto convencionais.

Ao redigir uma sequência descritiva, por exemplo, um romancista pode adotar uma ordenação espacial, começando por referir o que está mais próximo e terminando com o que está mais afastado (ou o inverso); no caso de um retrato, pode iniciá-lo explicitando o aspeto físico da personagem em causa e concluí-lo indicando características psicológicas. Num texto do género tese de doutoramento, o plano de texto prevê, regra geral, a divisão em capítulos, na qual se inclui uma introdução, a explicitação de questões teórico-metodológicas, a reflexão e análise acerca do objeto de estudo selecionado e, por fim, a apresentação das conclusões a que a investigação permitiu chegar. Em textos do género estatutos, o plano de texto integra geralmente uma segmentação em artigos (podendo incluir, de igual modo, secções ou capítulos), e os conteúdos são ordenados do mais geral para o particular, incluindo capítulos ou secções como “princípios gerais”, “organização e funcionamento” e “disposições finais”.

Todos estes casos constituem exemplos de planos de texto convencionais, no sentido em que, mesmo antes de iniciar a sua redação, o autor sabe que é expectável que eles se caracterizem por uma ordenação dos conteúdos que reflita, com maior ou menor flexibilidade, os padrões gerais de organização referidos.²⁹

A **componente semântica** refere-se, por um lado, aos temas abordados no texto, e, por outro lado, à veracidade ou ficcionalidade desses temas. Em textos do género horário, são explicitadas as horas de partida e de chegada de transportes como o comboio, o autocarro, o barco ou o avião. Num dicionário unilingue, encontramos listadas palavras de uma dada língua. Assim, o tipo de conteúdos incluídos nos textos pode também contribuir para distinguir diferentes géneros.

Por outro lado, os textos do género horário e dicionário unilingue não são ficcionados, porquanto explicitam conteúdos relativos a uma parcela da realidade objetiva. Também os textos do género tese de doutoramento devem integrar unicamente conteúdos não ficcionados.³⁰ Já os textos do género romance podem incluir quer conteúdos ficcionados, quer conteúdos baseados, total ou parcialmente, na realidade objetiva. O mesmo raciocínio é válido para textos do género anedota.

²⁸ Adam (2002: 434).

²⁹ Outros exemplos indicados por Adam (2002: 434) são os seguintes: os cinco atos da tragédia clássica, os três atos da comédia, o soneto italiano e o soneto isabelino, o artigo de dicionário e a receita de culinária.

³⁰ Este ponto é válido mesmo para as teses em que são analisadas obras literárias de ficção ou outros temas ficcionados (como lendas, mitos, etc.).

A **componente estilístico-fraseológica** inclui as questões de textura microlinguística, ou seja, aspetos como a seleção lexical e as construções sintáticas. Géneros distintos requerem (ou podem requerer) estilos diferenciados, com graus de formalidade e de coloquialidade variáveis. Um exemplo clássico é o da epopeia, género literário narrativo que exige do autor «um estilo grandíloco e corrente»³¹, isto é, um estilo que se caracterize pela elevação e pela fluência, concretizado, entre outras propriedades, numa seleção lexical criteriosa (evitando o uso de palavras próprias de um estilo coloquial) e em construções sintáticas rebuscadas (com abundante subordinação e, eventualmente, alteração da ordem mais frequente das palavras nas frases). Por outro lado, entre os textos dos géneros tese de doutoramento, dissertação de mestrado e artigo científico, há diferenças significativas a nível da seleção lexical consoante a área em que a investigação se situa. Cada disciplina científica serve-se de uma constelação de conceitos e de designações que lhe é específica. Por isso, os textos daqueles géneros que explicitam investigações em linguística ou em farmacologia, em engenharia mecânica ou em geologia, em bioquímica ou em sociologia selecionam de modo muito diverso as palavras lexicais.

A **componente material**, segundo Adam (2001), inclui aspetos já referidos a propósito da reflexão de Maingueneau (1998), como a oposição entre textos orais e textos escritos, assim como o meio em que os textos circulam (conversa presencial ou por telefone, imprensa escrita, televisão, rádio, internet, etc.). A estes pontos, acrescem os seguintes: a extensão do texto e, no caso dos textos escritos, todos os aspetos de natureza gráfica (formatação, tipo e corpo de letra, indentação, etc.).

De que modo as propriedades que se inserem na componente material podem concorrer para identificar um dado género e distingui-lo de outros? Por exemplo, os textos do género dicionário unilingue são estruturados por entradas lexicais e encontram-se segmentados em parágrafos, que correspondem a entradas lexicais distintas (propriedades que se enquadram na componente composicional). Para sublinhar essa estrutura, é comum destacar (a negrito ou em itálico) cada nova entrada lexical. Esta característica de natureza gráfica insere-se na componente material. Também a propriedade que releva da extensão dos textos configura um critério relevante (entre outros, evidentemente) para distinguir os géneros literários do modo narrativo romance, novela e conto.

³¹ CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas* (leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, e apresentação de Aníbal Pinto de Castro) Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1989, p. 2 (canto I, estrofe 4).

A **componente metatextual** referida por Adam (2001) diz respeito ao discurso de uma dada formação sociodiscursiva acerca dos géneros de que ela própria se serve, ou seja, refere-se às conceções relativas a um dado género no seio da formação sociodiscursiva em que esse género é usado. Em áreas de atividade como o jornalismo e a literatura (mas também na administração da justiça), são particularmente relevantes as reflexões acerca dos géneros utilizados pelos indivíduos que integram a mesma formação sociodiscursiva.³² Esta componente inclui, ainda, os modos como os textos dos géneros se autoneciam, direta ou indiretamente.

De facto, há textos que, de forma sistemática, anunciam o género em que se inserem. No âmbito do discurso jurídico, os textos do género código, decreto-lei, portaria, requerimento e estatutos, entre outros, incluem a etiqueta que indica o género do texto em causa. Também na literatura, por vezes, ocorre um rótulo na capa ou na folha de rosto do livro. Na sua edição original, os textos de José Saramago que se inserem no género romance explicitavam essa designação na capa, imediatamente abaixo do título.³³ Os exemplos referidos indicam, de forma direta, a classe em que os textos se integram, através do uso de uma etiqueta. Mas, por vezes, refere-se indiretamente o género em que eles se integram. Em textos do género tese de doutoramento e dissertação de mestrado é comum ocorrerem construções como «neste *trabalho de investigação*», ou «na *pesquisa* que desenvolvemos», o que remete para uma característica dos textos em causa que nos permite inferir o género em que o texto se inscreve.

Por fim, a **componente peritextual** diz respeito às fronteiras, aos limites dos textos. Tais limites podem ser assinalados de diversas formas. Em textos literários narrativos, frequentemente a segmentação em capítulos permite-nos identificar o início do texto, através do recurso a designações como “capítulo 1” ou, simplesmente, o número um em numeração arábica ou romana. No final, por vezes ocorre a palavra “fim”. Trata-se de mecanismos próprios do género romance (e, eventualmente, também dos géneros novela e conto) que delimitam a fronteira inicial e a fronteira final do texto em causa. No discurso jurídico, o mais comum é que

³² Recordemos, no âmbito do discurso literário, as reflexões quer de teorizadores e críticos literários, quer dos próprios escritores (cf., na secção 3.2. **Mainueneau (1998)**), as observações de Enrique Vila-Matas, que incidem, em particular, nos géneros ensaio e romance), e, no âmbito do discurso jornalístico, os chamados “livros de estilo”, muitas vezes adotados nos jornais de referência (que explicitam definições, orientações, prescrições e proibições acerca dos géneros usados pelos jornalistas, as quais se integram predominantemente nas componentes composicional, semântica e estilístico-fraseológica).

³³ Nas obras dramáticas deste autor, era explicitada a etiqueta “teatro”, e, nas obras líricas, a etiqueta “poesia”. Note-se que estas duas etiquetas não designam géneros literários. “Teatro” pode, neste caso, ser tomado como sinónimo de “drama” (enquanto modo literário, em oposição a lírica e a narrativa), e “poesia” remete para o facto de o texto se apresentar em verso, e não em prosa. As classes romance, teatro e poesia pertencem, por isso, a três classificações diferentes, assentes em critérios igualmente diferentes.

o início do texto seja assinalado pela designação do género em que ele se insere: decreto-lei, requerimento ou estatutos. No discurso jornalístico, a fronteira inicial dos textos coincide geralmente com o título ou o antetítulo. Em textos assinados (como os do género artigo de opinião e coluna, e, frequentemente, os do género editorial), a fronteira final pode ser indicada pelo nome do respetivo autor.

Deve ser salientado que nem sempre é possível integrar de forma estanque numa dada componente cada propriedade atestada nos textos. Como veremos na secção **4. Contributos para a didatização das classificações textuais**, em alguns casos, as propriedades são suscetíveis de ser inseridas em mais do que uma componente.

3.4. Discussão das propostas de Maingueneau (1998) e Adam (2001)

Ao longo da exposição apresentada nas duas secções anteriores, tornou-se evidente que as reflexões de Maingueneau (1998) e de Adam (2001) divergem em alguns pontos e coincidem noutros. Nesta secção, procurar-se-á refletir acerca do que aproxima e do que afasta as duas conceções.

Uma análise mais aprofundada dos critérios e das componentes que os autores propuseram permite-nos observar o seguinte: a componente enunciativa da proposta de Adam (2001) inclui os critérios relativos quer ao tempo e ao espaço, quer ao estatuto dos interlocutores, da proposta de Maingueneau (1998). Por outro lado, a dimensão relativa à organização textual, tal como foi concebida por Maingueneau (1998), é subdividida em várias componentes, na perspetiva de Adam (2001), nomeadamente nas componentes composicional, semântica e estilístico-fraseológica.

Como atrás foi referido, estas diferenças de foco relevam do facto de os autores se situarem em áreas de investigação distintas (Linguística Textual e Análise do Discurso), cada qual com um objeto de estudo próprio, e, por isso, incidindo preferencialmente a sua atenção nos fenómenos que mais se associam ao objeto da disciplina em que cada teorizador se insere. Um autor que se situa no campo de investigação da Análise do Discurso privilegia o estudo da relação entre as situações de enunciação e os textos, e preocupa-se em analisar com o maior detalhe possível os diversos fatores da situação de enunciação que podem condicionar o texto produzido. Por isso, Maingueneau (1998) explicita dois critérios distintos (estatuto socioprofissional e tempo e espaço) que Adam (2001) subsumiu num único (componente enunciativa).

Por seu turno, um autor da área da Linguística Textual, cujo objeto de estudo é constituído pelos modos de estruturação dos textos, procura distinguir diferentes aspetos que se enquadram no âmbito mais geral da organização textual. Daí que Adam (2001) tenha destacado aspetos de natureza composicional, semântica e estilístico-fraseológica, que, na proposta de Maingueneau (1998), podem ser integrados no critério, mais geral, que diz respeito à organização textual. Trata-se de distinções em filigrana que é pertinente tomar em consideração mas que refletem, em particular, os pontos de vista diversos a partir dos quais cada teorizador perspetiva o objeto texto.

De acordo com o que foi referido, o quadro 6 agrupa as dimensões ou componentes propostas pelos referidos autores, mas em consonância com as associações que é possível estabelecer entre ambas as conceções.

Quadro 6.
Dimensões ou componentes que subjazem à identificação dos géneros, de acordo com as propostas de Maingueneau (1998) e de Adam (2001)

Maingueneau (1998)	Adam (2001)
Estatuto dos interlocutores	Componente enunciativa
Tempo e espaço	
Finalidade	Componente pragmática
Suporte material	Componente material
Organização textual	Componente composicional
	Componente semântica
	Componente estilístico-fraseológica
–	Componente peritextual
–	Componente metatextual

O quadro 6 permite-nos, então, evidenciar que Adam (2001) engloba na sua componente enunciativa duas dimensões que Maingueneau (1998) especificou: o estatuto dos interlocutores e o tempo e o espaço em que o texto é produzido. Além disso, Adam (2001) distinguiu três componentes internas (composicional, semântica e estilístico-fraseológica) que Maingueneau (1998) integrou numa única dimensão: a da organização textual.

Refira-se, de igual modo, que o critério relativo ao suporte material, proposto por Maingueneau (1998: 54), destaca apenas o meio pelo qual se dá a comunicação verbal:

«um texto pode ser transmitido através de ondas sonoras (oralidade) ou essas ondas podem ser codificadas e restauradas por um decodificador (rádio, telefone...), [um texto] pode ser manuscrito,

impresso num único exemplar (impressão individual), guardado na memória de um computador, etc.»

34

Por seu turno, Adam (2001: 40) explicita outros aspetos que a componente material da sua proposta integra: «meio-suporte, extensão, delineamento e disposição tipográfica».³⁵ Deste modo, apesar de o suporte material e a componente material figurarem no quadro como categorias equivalentes, em rigor, a proposta de Adam (2001) prevê mais tópicos suscetíveis de serem integrados na dimensão material dos textos (como a sua extensão, e, no caso da escrita, os aspetos gráficos, ente os quais se contam o tipo e o corpo de letra, a mancha gráfica, etc.).

Na secção seguinte, procuraremos evidenciar a relevância destas reflexões para o ensino do Português, nomeadamente na abordagem dos géneros e, em particular, dos géneros literários. Dado que Adam (2001) especifica mais dimensões do que Maingueneau (1998) (referimo-nos às componentes peritextual e metatextual, que não estão previstas na reflexão deste autor) e, em particular, que contempla, de forma mais específica, diversas dimensões pertinentes (distinguindo as componentes composicional, semântica e estilístico-fraseológica, que Maingueneau subsume na dimensão relativa à organização textual), adotaremos a sua proposta na análise a efetuar.

4. Contributos para a didatização das classificações textuais

De forma muito abreviada, pode dizer-se que a relevância das reflexões de Petitjean (1989) reside no facto de ter comparado e explicitado em que diferem as diversas classificações textuais, assim como no de ter apontado o número e a natureza dos critérios em que se baseiam. Do mesmo modo, a importância das propostas de Maingueneau (1998) e de Adam (2001) decorre de estes autores terem especificado o tipo de critérios que subjazem às classificações em géneros.

Deve-se agora refletir acerca do seguinte: o que se pode colher destes contributos para o ensino dos textos literários no ensino básico e secundário? Que vantagens têm os professores (em especial, os professores de Português) em conhecer estas teorizações?

Ao longo da presente secção, serão destacadas duas vantagens:

³⁴ Tradução (da nossa responsabilidade) de «un texte peut passer seulement par des ondes sonores (oralité) ou avoir ses ondes traitées puis restituées par un décodeur (radio, téléphone...), être manuscrit, imprimé à un exemplaire (imprimante individuelle), figurer dans la mémoire d'un ordinateur, etc.»

³⁵ Tradução (da nossa responsabilidade) de «média-support, longueur, mise en page et mise en forme typographique».

i) a seleção e articulação de várias classificações ou níveis classificativos, com base em critérios claros e sistematizados, assim como o conhecimento das classes que integram cada uma dessas classificações;

ii) a maneira como, recorrendo a esses critérios no seio da classificação em géneros, se pode determinar, de forma mais rigorosa e explícita, por que se insere um texto na classe dos romances, ou na das epopeias, ou na dos contos, ou na dos sonetos.

Em relação ao primeiro ponto, a sistematização das classificações textuais proposta por Petitjean (1989) e a explicitação dos respetivos critérios permite que se proceda, de forma mais clara e elucidada, à seleção de classificações adequadas ao contexto didático, nomeadamente aos anos de escolaridade do ensino básico e secundário. Assim, consideramos pertinente destacar três classificações textuais das que foram abordadas nas reflexões de Petitjean (1989). Trata-se das classificações em **tipos de discurso**, em **géneros** e em **tipos de textos** (esta última, eventualmente associada à classificação em **tipos de sequências textuais**).

A classificação em **tipos de discurso** baseada no critério socioprofissional é intuitiva, permitindo agrupar e distinguir os textos produzidos no âmbito de diferentes áreas de atividade socioprofissional. Assim, no seio de áreas como a política, o jornalismo, a administração da justiça, a religião, a literatura, a investigação científica e o ensino, e a publicidade são produzidos textos que configuram, respetivamente, o **discurso político**, o **discurso jornalístico**, o **discurso jurídico**, o **discurso religioso**, o **discurso literário**, o **discurso científico** (ou **académico**), e o **discurso publicitário**.³⁶

Os indivíduos que desempenham tarefas no âmbito de cada área de atividade socioprofissional dispõem de um conjunto finito de **géneros**. Procuram atingir os seus objetivos produzindo textos enformados pelas propriedades inerentes a cada um dos géneros específicos da área em causa. Assim, o discurso jornalístico inclui géneros como a **notícia**, a **reportagem**, a **coluna**, o **editorial** e o **artigo de opinião**. O discurso científico (ou académico) integra géneros como a **tese de doutoramento**, a **dissertação de mestrado**, o **artigo científico**, a **aula** e a **conferência**.

O quadro 7 sistematiza alguns dos principais tipos de discurso das sociedades contemporâneas, e diversos exemplos dos géneros que neles se integram, articulando as duas classificações.

³⁶ Outras classificações em tipos de discurso contempladas nas reflexões de Petitjean (1989) – como as que foram propostas por Jakobson (1963) e por Bronckart (1996) – não são tão adequadas para lecionar no âmbito do ensino básico e secundário, ainda que tenham validade teórica e aplicabilidade noutros domínios; cf. Silva (2012: 48-55).

Quadro 7.
Tipos de discurso e exemplos de géneros que lhes são inerentes

TIPOS DE DISCURSO	GÉNEROS
Discurso jornalístico	Editorial Notícia Entrevista Reportagem Coluna Artigo de opinião etc.
Discurso religioso	Oração Sermão Bula Encíclica Parábola Bênção etc.
Discurso jurídico	Despacho Decreto-lei Portaria Estatuto Regulamento Código etc.
Discurso literário	Romance Conto Soneto Elegia Comédia Tragédia etc.
Discurso académico (ou discurso científico)	Aula Recensão Dissertação de mestrado Tese de doutoramento Ensaio Oração de sapiência etc.
...	...

De um ponto de vista didático, é pertinente a seleção e o uso concomitante na sala de aula destas duas classificações (em tipos de discurso e em géneros). Elas podem ser articuladas e permitem uma sistematização clara e intuitiva das classes de textos que ambas preveem. Por isso, os estudantes podem compreendê-las e apreendê-las com relativa facilidade. Acresce uma

outra vantagem, decorrente da integração das duas classificações: apresentadas desta maneira, as classes de textos são perspetivadas, não de modo avulso, mas de forma sistematizada. Por fim, deve ser sublinhado que elas incluem designações correntes e traduzem conceitos amplamente partilhados na sociedade em que vivemos, o que serve para reforçar a sua utilidade e aplicabilidade.

Atente-se agora, em particular, no **discurso literário**. Os textos que se inserem neste tipo de discurso são produzidos pelos indivíduos que, no período de tempo em que os produzem, assumem o papel socioprofissional de escritores literários.

Os géneros disponíveis para os escritores literários são múltiplos, e têm sido objeto de reflexão desde Platão e Aristóteles até à moderna teoria literária. Devido a essa longa e rica tradição teórica, o discurso literário, em contraste com outros tipos de discurso, apresenta uma especificidade: integra um nível intermédio de classificação entre o tipo de discurso e os géneros; trata-se do nível classificativo que geralmente se designa **modos literários**, e que integra a lírica, a narrativa e o drama. No seio de cada modo literário, é possível incluir um conjunto aberto mas finito de **géneros literários**. Além disso, é possível articular um quarto nível classificativo, se considerarmos que os géneros literários podem ser (e frequentemente são) especificados com base em critérios diversos, dando origem a **subgéneros literários**.

O quadro 8 explicita a articulação e sucessiva integração das classes de textos literários, podendo associar-se quatro níveis classificativos: em tipos de discurso, em modos literários, em géneros literários e em subgéneros literários.³⁷

Quadro 8.
Classificação em tipos de discurso, em modos, em géneros e em subgéneros literários

TIPO DE DISCURSO	MODOS LITERÁRIOS	GÉNEROS LITERÁRIOS	SUBGÉNEROS LITERÁRIOS
Discurso literário	Lírica	Soneto	Soneto petrarquista Soneto camoniano Soneto inglês etc.
		Cantiga	Cantiga de amigo Cantiga de amor Cantiga de escárnio e maldizer etc.
	

³⁷ Para um quadro mais completo, que inclui estas e outras classes, cf. Silva (2012: 104-106).

TIPO DE DISCURSO	MODOS LITERÁRIOS	GÊNEROS LITERÁRIOS	SUBGÊNEROS LITERÁRIOS
	Narrativa	Romance	Romance naturalista Romance policial Romance histórico etc.
		Conto	Conto tradicional Conto infantil Conto fantástico etc.
	
	Drama	Tragédia	Tragédia grega Tragédia isabelina Tragédia moderna etc.
		Comédia	Comédia de enganos Comédia de costumes Comédia sentimental etc.
	

O quadro contempla, então, quatro classificações textuais sistematizadas de tal maneira que podem ser perspectivadas hierarquicamente como uma árvore ramificada. A principal vantagem de articular os diversos níveis classificativos consiste em concebê-los de forma sistematizada e não avulsa. Foi anteriormente mencionado que os critérios que subjazem às classificações em tipos de discurso, em modos literários e em gêneros literários diferem entre si, porquanto incidem em diferentes dimensões, inerentes quer aos textos, quer às circunstâncias em que eles são produzidos. A classificação em subgêneros depende da classificação em gêneros, e os critérios em que assenta são, de igual modo, heterogêneos, como adiante se verá.

Antes de se passar a uma reflexão acerca dos critérios que subjazem a alguns gêneros literários, justifica-se abordar, ainda que brevemente, as classificações em modos literários e em subgêneros literários. As reflexões acerca das classes atualmente designadas **modos literários** remontam a Platão e a Aristóteles.³⁸ Platão distinguiu três classes de textos, com base num critério enunciativo, que incide na entidade que intervém nos textos literários. Observou que havia textos em que intervém apenas o autor, outros em que intervêm o autor e as personagens, e outros em que intervêm apenas as personagens. O quadro 9 sistematiza a tripartição que o autor estabeleceu e que atualmente ainda é considerada válida.³⁹

³⁸ Cf. Silva (2012: 98-99).

³⁹ Cf. Aguiar e Silva (1988: 389), Reis (1995: 239), e Reis e Lopes (2000: 228). Note-se que as designações *modo literário*, *lírica*, *narrativa* e *drama* são recentes, e não da responsabilidade de Platão. A este autor se deve a delimitação entre as três classes, assim como o critério em que a classificação se baseia, mas não as designações que atualmente usamos.

Quadro 9.
Modos literários

MODO LITERÁRIO	QUEM INTERVÉM NO TEXTO
Lírica	Autor
Narrativa	Autor e personagens
Drama	Personagens

Assim, no âmbito do discurso literário, opõe-se modos a géneros. As duas classificações articulam-se de tal maneira que cada modo integra um conjunto indeterminado mas finito de géneros. Segundo Reis e Lopes (2000: 228),

«a moderna teoria literária chama modo àquelas categorias meta-históricas e universais (modo narrativo, modo dramático e modo lírico), cujas constantes são historicamente actualizadas nos vários géneros (p. ex., romance, conto, tragédia, comédia, etc.).»

Nesta perspetiva, os **modos literários** configuram um conjunto fechado de classes universais e intemporais, enquanto os **géneros** constituem um conjunto aberto de classes condicionadas pelas circunstâncias histórico-culturais em que emergem.⁴⁰ Por outras palavras, todos os textos literários podem ser integrados numa de três classes (lírica, narrativa ou drama), independentemente do tempo ou do espaço geográfico e sociocultural em que foram produzidos. Contudo, os géneros em que os textos se inserem dependem de condicionalismos relativos quer ao tempo, quer ao espaço em que emergiram.⁴¹

A classificação em modos assenta originalmente num critério de natureza enunciativa, e constitui uma classificação fechada, pois não parece ser possível integrar novas classes com base no referido critério. Todavia, ao longo do tempo, diversos teorizadores reforçaram esta tripartição, acrescentando propriedades típicas dos textos que se inserem em cada uma das classes.⁴²

Refira-se, por fim, uma questão que é, simultaneamente, terminológica e conceptual: a tripartição aqui apresentada como uma classificação em modos é, por vezes, designada e

⁴⁰ Esta distinção motivou as designações propostas por Goethe: *formas naturais da literatura* (os modos literários) em oposição às *espécies literárias* (ou *formas convencionais da literatura* – os géneros literários). Cf. Aguiar e Silva (1988: 385) e Reis e Lopes (2000: 181).

⁴¹ Segundo Reis (1995: 251-252), os «géneros devem ser entendidos em conexão estreita com os contextos epocais em que emergem»; o mesmo autor afirmou, ainda, que «Lukács [...] procurou demonstrar que o romance aparece numa sociedade em que já não há lugar para a heroização do colectivo (como acontecia na epopeia), mas sim para a aventura de uma procura humana radicalmente individual».

⁴² Cf. Aguiar e Silva (1988: 348-385), Reis (1995: 239) e Reis e Lopes (2000: 181).

concebida como uma classificação em géneros. Aguiar e Silva (1988: 385) sublinhou esta ambiguidade:

«o termo “género” ora se refere a categorias acrónicas e universais – a lírica, a narrativa, etc. –, ora se refere a categorias histórica e socioculturais – o romance, o romance histórico, a ode, a ode pindárica, o soneto, etc.»

Em termos meramente terminológicos, observa-se, por vezes, que a designação **género** remete para as classes lírica, narrativa e drama (que temos vindo a designar por modos). Como corolário dessa escolha, há o inconveniente de as classes romance, soneto e tragédia deverem ser designadas **subgéneros**, e de as classes romance histórico e romance policial, soneto camoniano e soneto inglês, tragédia grega e tragédia isabelina deverem ser designadas **subsubgéneros**. Assim, em contexto didático, parece haver vantagem em adotar as designações de modo, género e subgénero.

Em Costa e Aguiar e Silva (s/d)⁴³, contudo, além das três classes mencionadas (lírica, narrativa e drama), é contemplada uma quarta classe: a do género didático-ensaístico.⁴⁴ Nesta proposta, as classes aparentemente são definidas com base, não apenas no critério enunciativo que subjaz à tripartição em três modos, mas em diversos critérios, porquanto a inclusão do género didático-ensaístico nesta classificação textual parece decorrer de critérios de natureza temática (o assunto abordado nos textos desta classe) e pragmática (os objetivos com que esses textos são produzidos), entre outros. Justifica-se, então, o uso da designação **géneros**, uma vez que as quatro classes são determinadas a partir de vários critérios de natureza diversa. Constitui, por isso, nas palavras de Petitjean (1989), uma classificação heterogénea (ver secção **3.1.3. Classificações heterogéneas (géneros)**). Esta questão é mais aprofundadamente tratada em Silva (2015), pelo que não será aqui desenvolvida.

Relativamente aos **subgéneros**, tal como foram expostos no quadro 8, é pertinente referir que eles dependem dos géneros: cada subgénero configura uma especificação de um dado género. Assim, o **soneto camoniano** designa a classe em que se integra um texto do género **soneto** que foi escrito por Camões; o **romance naturalista** designa a classe em que se insere um texto do género **romance** que evidencia características inerentes ao movimento artístico conhecido como Naturalismo. De acordo com Reis (1995: 264),

⁴³ Veja-se a entrada “Tipologia textual” do *Dicionário Terminológico*. Cf. também Reis (1995: 243).

⁴⁴ Cf. Costa e Aguiar e Silva (s/d): «Na época contemporânea, foi acrescentado aos três géneros tradicionais um quarto género – o *género didático-ensaístico* –, no qual cabem subgéneros como o diálogo de ideias, o ensaio propriamente dito, o livro de viagens, o sermão, a biografia, as memórias, etc.» (entrada “Tipologia textual”).

«como se deduz das expressões mencionadas (utilizando um substantivo, que é a designação genológica abrangente, completado por um atributo que o especializa), os subgéneros constituem uma particularização, em contextos histórico-culturais bem caracterizados, dessa outra categoria mais ampla que é o género literário.»

À semelhança do que se observa com os critérios que subjazem à definição e delimitação dos géneros, são de natureza heterogénea os critérios que permitem especificar um dado género e dar origem a um subgénero. O quadro 10 explicita alguns desses critérios e indica exemplos de subgéneros.

Quadro 10
Critérios subjacentes aos subgéneros literários

CRITÉRIOS	EXEMPLOS DE SUBGÉNEROS
Autor	Soneto camoniano Novela camiliana Romance queirosiano
Conteúdo	Conto de fadas Novela policial Romance histórico
Movimento artístico-literário	Soneto barroco Novela romântica Romance naturalista
Período temporal ou época	Canção medieval Epopéia renascentista Romance oitocentista
Nacionalidade, civilização ou região geográfica	Tragédia grega Canção provençal Soneto inglês
Estrutura ou organização do texto	Romance epistolar

Quanto à segunda vantagem referida no início da presente secção, propomo-nos agora refletir acerca da maneira como a proposta de Adam (2001) permite que se identifique mais claramente a natureza dos critérios que subjazem a alguns dos géneros literários contemplados nos programas de Português no ensino básico e secundário. Para tal, foram seleccionados os seguintes textos representativos dos géneros **romance**, **epopeia**, **conto** e **soneto**:

- *Os Maias*, de Eça de Queirós;
- *Os Lusíadas*, de Luís de Camões;
- “Ladino”, de Miguel Torga;
- “Amor é um fogo que arde sem se ver”, de Luís de Camões.

A propósito de cada um destes textos, serão destacadas as principais propriedades genéricas que eles evidenciam e, seguindo a conceção de Adam (2001), serão sublinhadas as componentes em que essas propriedades se integram.

Os Maias, de Eça de Queirós, é um texto da classe dos **romances**. O género romance está disponível (desde o seu advento, na época do Romantismo)⁴⁵ para os indivíduos que se dedicam à produção de literatura. Assim, no âmbito da componente enunciativa, pode dizer-se que o autor deste texto estava investido do papel socioprofissional de escritor literário no período de tempo em que o redigiu.

Quanto à componente pragmática, entre os objetivos que o autor plausivelmente pretendia atingir, pode-se inferir os seguintes: criar uma obra de arte literária; fazer uma crónica de costumes típicos da sociedade lisboeta de finais do século XIX; descrever personagens e espaços físicos e sociais de forma realista e minuciosa; entreter os leitores; apresentar-lhes uma representação literária da realidade que lhes permita adotar uma atitude crítica em relação à realidade objetiva em que vivem; obter sucesso e o reconhecimento do público leitor.

Deve ser sublinhado que esta lista, não sendo evidentemente exaustiva, inclui objetivos muito heterogéneos e, frequentemente, interligados de tal maneira que uns dependem de outros. Além disso, há que tomar em consideração que eles poderiam estar de forma mais ou menos consciente na mente do autor do texto. Explicitar estes objetivos consiste necessariamente num exercício falível e sempre incompleto que depende de inferências suscitadas pela leitura do texto, assim como de conhecimentos relativos à vida e à obra do autor.

Como foi destacado na secção **3.3. Adam (2001)**, os critérios que se inserem nas componentes enunciativa e pragmática dizem respeito a aspetos externos ao texto (ou extralinguísticos). Vejamos, agora, alguns critérios internos, ou seja, aqueles que incidem em propriedades que podem ser observadas através da leitura do texto.

No âmbito da componente composicional, o texto é redigido em prosa e encontra-se segmentado em dezoito capítulos. É comum os textos do género romance apresentarem-se divididos em capítulos, no que contrastam com textos do género conto, que podem ou não ser segmentados em diversas partes.

Ainda a propósito desta componente, acresce uma outra propriedade típica dos textos do género romance: nele predominam as sequências de tipo narrativo, embora sejam também

⁴⁵ Referimo-nos ao romance enquanto género moderno que surgiu na época romântica e que constitui, ainda hoje, o género literário mais popular, e não a outros géneros anteriores que ostentam a mesma designação, como o romance de cavalaria, por exemplo.

atestadas sequências descritivas e dialogais (completas ou incompletas).⁴⁶ A alternância e o encaixe de sequências de diversos tipos são relevantes, entre outros aspetos, quer para o ritmo da narrativa, quer para a caracterização das personagens: as sequências descritivas constituem pausas no avanço da intriga, mas permitem ao leitor conhecer melhor (e visualizar) as personagens e os espaços que habitam, por onde se movem, etc.; as sequências dialogais (muitas vezes incompletas ou completadas pelo narrador em discurso indireto e em discurso indireto livre) configuram momentos em que se dá a voz às personagens, em que elas se revelam através do que dizem e dos modos como o dizem.

Esta obra constitui, então, um texto predominantemente narrativo. De acordo com Adam (2011), os textos narrativos manifestam um conjunto de propriedades de que se destacam as seguintes:⁴⁷ **i**) são denotados eventos⁴⁸ **ii**) que manifestam relações de causalidade entre si. Estes eventos **iii**) são protagonizados por uma ou mais entidades que **iv**) sofrem alterações desde o início da história narrada até ao final. Por isso, os eventos **v**) configuram um processo (uma intriga), no qual **vi**) se propõe de forma, explícita ou implícita, uma avaliação (ou lição de moral) acerca do que é narrado. Estas propriedades enquadram-se no âmbito da componente semântica, uma vez que dizem respeito aos conteúdos que são tipicamente atestados nestes textos.

Em relação à componente material, deve ser sublinhado que o texto está disponível em livro (originalmente apenas em suporte papel, mas atualmente também em suporte digital) e, na edição consultada⁴⁹, ocupa 712 páginas. Esta característica gera no leitor a expectativa de que será requerida mais do que uma sessão de leitura para que ele seja lido na totalidade.

Note-se que a extensão do texto configura uma propriedade que contribui, com outras, para a distinção entre textos do género romance e textos dos géneros conto e novela. Por isso, deve considerar-se a propriedade que diz respeito à extensão do texto (componente material) juntamente com as seguintes: com a que decorre do predomínio de sequências de tipo narrativo (componente composicional), e com a abundante descrição, e com a maior complexidade da intriga (pela rede de eventos e de personagens que congrega) em relação a textos do género novela e conto⁵⁰ (componente semântica). De facto, nos textos do género romance, é mais

⁴⁶ Para uma reflexão acerca dos modos como se pode determinar que tipo sequencial predomina num texto que inclui sequências de diferentes tipos, cf. Silva (2012: 129-131).

⁴⁷ Adam (2011) associou estas propriedades às sequências narrativas. Elas podem, contudo, ser generalizadas ao conjunto dos textos que são predominantemente de tipo narrativo, como é o caso de *Os Maias*.

⁴⁸ Cf. nota 6.

⁴⁹ QUEIRÓS, Eça de (s/d), *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil.

⁵⁰ Note-se que nem sempre é fácil determinar a fronteira entre um texto do género conto e um texto do género novela, ou entre um texto do género novela e um texto do género romance. Por exemplo, Eça de Queirós refere-

comum encontrar uma vasta galeria de personagens secundários e figurantes, e os inúmeros momentos de pausa narrativa incluem abundantes sequências descritivas (que incidem nas personagens e nos espaços físicos e sociais em que elas se movem), assim como sequências dialogais (completas ou incompletas).

Todas estas características, perspetivadas em conjunto e de forma dinâmica (ou seja, influenciando-se reciprocamente), permitem incluir *Os Maias* na classe dos romances, e não na classe dos contos ou na das novelas. O facto de constituir um texto predominantemente narrativo restringe o leque de possibilidades quanto ao género em que se insere (exclui, por exemplo, a possibilidade de ser integrado na classe das tragédias, das comédias, dos sonetos, das odes, etc.); as restantes propriedades atrás indicadas apontam para a sua inserção na classe dos romances (e não na classe das novelas ou na dos contos). Por outras palavras, retomando uma ideia já explicitada, a inserção de um texto num dado género não depende geralmente de uma única propriedade, mas de um conjunto de propriedades que permitem, por um lado, que ele seja incluído numa determinada classe (neste caso, na classe dos romances), e, por outro lado, que ele se distinga de textos integrados noutras classes (por exemplo, dos textos classificados como contos ou novelas).

Relativamente a propriedades de outras componentes, deve referir-se que o que define o género romance não é o estilo de um determinado autor. Assim, dificilmente se encontrará uma propriedade decorrente da componente estilístico-fraseológica que seja determinante para se considerar que um dado texto se integra na classe dos romances. Nem a seleção lexical, nem a sintaxe do texto (dois dos principais aspetos que definem o estilo de um autor), permitem que se argumente estarmos inequivocamente perante um texto do género romance, porquanto a diversidade estilística é precisamente um valor que tem sido promovido desde o advento do romance moderno, que se manteve ao longo do século XX e se mantém ainda no início do século XXI.

Quanto à componente peritextual, a fronteira inicial do texto é assinalada, na edição em causa, pelo título, subtítulo e autoria do texto, assim como pelo número um, que anuncia o primeiro capítulo. A fronteira final do texto é delimitada pela inclusão de um outro texto, uma “Nota final” que não é da autoria de Eça de Queirós, mas da investigadora que preparou a edição e fixou o texto (Helena Cidade Moura). Como facilmente se depreende, no caso de textos

se a *O Mandarin* como sendo um conto (cf. QUEIRÓS, Eça de, “À propos du «Mandarin». Lettre qui aurait dû être une préface”, in *O mandarin*, Edição crítica de Beatriz Berrini, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 197); todavia, atualmente parece ser consensual entre os teorizadores especializados na área da literatura, que esse texto deve ser integrado na classe das novelas. Para a delimitação entre os géneros romance, novela e conto, cf. estas entradas em Reis e Lopes (2000).

diversas vezes publicados, as propriedades que dizem respeito a esta componente dependem da edição que é objeto de análise.

Dado que não há autorreferências no texto ao género em que ele se integra, nem reflexões acerca do género romance, não são atestados quaisquer critérios relativos à componente metatextual. O mesmo raciocínio é válido, aliás, para os restantes textos sobre os quais nos propomos refletir.

Vejamos agora o que faz com que *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, seja um texto que se integra na classe das **epopeias** (ou **poemas épicos**). No âmbito da componente enunciativa, pode dizer-se que, quando o produziu, o autor assumiu o papel de escritor literário.

Entre os objetivos que teria em mente (componente pragmática) e que apenas podemos inferir da leitura do texto, contam-se os seguintes: criar uma obra de arte literária; homenagear os heróis portugueses; imortalizar esses heróis, seguindo o exemplo de obras do mesmo género produzidas na Antiguidade Clássica (como a *Eneida*); mostrar um ótimo domínio das convenções literárias dominantes na época, assim como da língua portuguesa (a vários níveis: lexical, sintático, estilístico, etc.); obter sucesso e ser reconhecido como um eminente escritor.

Quanto aos critérios que se inserem na componente composicional, trata-se de um texto em verso; cada estrofe é composta por oito versos decassílabos heroicos e segue um esquema rimático fixo: *abababcc*. Além disso, o texto encontra-se dividido em dez cantos. Sublinhe-se, ainda, a estruturação que contempla quatro partes de extensão muito desigual: a proposição, a invocação, a dedicatória e a narração (a mais longa de todas, naturalmente). Dado que esta estruturação decorre dos conteúdos manifestados em cada uma das partes, ela constitui uma propriedade suscetível de ser simultaneamente integrada na componente composicional e na componente semântica.

Os Lusíadas é um texto predominantemente narrativo, embora nele também sejam atestadas sequências de tipo descritivo e dialogal. Deste modo, e no âmbito da componente semântica, observam-se as características que foram já indicadas a propósito d' *Os Maias*: são denotados eventos que manifestam relações de causalidade entre si e que são protagonizados por uma ou mais entidades, etc. Além disso, o tema central do texto consiste na glorificação de uma entidade (neste caso, coletiva – o povo português –, ainda que sejam individualizados inúmeros heróis lusitanos). Note-se que a maior parte das personagens e dos eventos são não ficcionados, mas certas personagens (as personagens mitológicas) e alguns acontecimentos representados no texto (como o consílio dos deuses e o episódio da ilha dos amores) são ficcionados.

Quanto à componente estilístico-fraseológica, o estilo adotado é elevado, sério, formal, o que se consubstancia principalmente numa seleção lexical criteriosa e numa sintaxe rebuscada (com frequentes casos de subordinação e de inversão da ordem mais frequente das palavras nas frases). O estilo está em conformidade com as convenções associadas à epopeia, que requeriam «um som alto e sublimado / um estilo grandíloco e corrente».⁵¹ Note-se que os mecanismos de versificação anteriormente referidos – que dizem respeito à métrica, ao ritmo e à rima – podem também ser considerados como propriedades que se inserem nesta componente.

Relativamente à componente material, trata-se de um texto escrito que foi originalmente publicado em livro (em suporte papel) e inclui 1102 estrofes que, na edição consultada⁵², ocupam 286 páginas. Gera-se, assim, no leitor a expectativa de ser lido na íntegra ao longo de várias sessões de leitura.

Explicitemos, a seguir, os critérios que permitem inserir o texto intitulado **“Ladino”, de Miguel Torga**, na classe dos **contos**. Este texto integra a obra *Bichos*, constituída por catorze textos do género conto e um texto do género prefácio. No âmbito da componente enunciativa, pode dizer-se que o autor do texto estava investido do papel socioprofissional de escritor literário no período de tempo em que o redigiu.

Em relação à componente pragmática, entre os objetivos que o autor plausivelmente pretendia atingir, pode-se inferir os seguintes: criar uma obra de arte literária; entreter os leitores; representar atitudes, relações, diálogos e valores intrinsecamente humanos numa narrativa cujos protagonistas são animais irracionais;⁵³ obter sucesso e o reconhecimento do público leitor.

No âmbito da componente composicional, o texto é redigido em prosa. Em contraste com o que foi assinalado a propósito do romance, este texto do género conto não se apresenta segmentado em capítulos ou em partes. Nele, predominam as sequências narrativas, embora também sejam atestadas sequências de tipo descritivo e dialogal (que são mais escassas e de menor extensão do que n’*Os Maias*).

Assim, a nível da componente semântica, o texto caracteriza-se por aquelas propriedades inerentes aos textos narrativos que foram destacadas por Adam (2011) e já

⁵¹ CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas* (leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, e apresentação de Aníbal Pinto de Castro) Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1989, p. 2 (canto I, estrofe 4).

⁵² Cf. nota anterior.

⁵³ Por este motivo, o texto intitulado “Ladino” (e outros da obra *Bichos*, de Miguel Torga) pode ser cumulativamente incluído na classe das fábulas.

anteriormente referidas, como a denotação de eventos com relações de causalidade, a possibilidade de se explicitar ou de se inferir uma lição de moral, etc.

Quanto à componente material, o texto está incluído num livro (em suporte papel) e, na edição consultada⁵⁴, ocupa 7 páginas. Deste modo, pode ser lido na íntegra numa única sessão de leitura, o que constitui uma expectativa que, regra geral, se aplica aos textos do género conto.

Tal como foi referido a propósito de *Os Maias*, a extensão do texto configura uma propriedade que contribui para delimitar textos do género conto relativamente a textos dos géneros romance e novela. São, por isso, diversas as propriedades que definem os textos do género conto: o predomínio de sequências narrativas (componente composicional), a sua curta extensão (componente material), que implica escassa descrição, menor número de eventos e de personagens e, conseqüentemente, uma intriga linear e menos complexa do que em textos do género romance (componente semântica). Por outras palavras, estas propriedades, que são de natureza heterogénea e funcionam em estreita interligação, definem o género conto e permitem delimitá-lo relativamente a textos de outros géneros (em particular, de textos que se inserem nos géneros predominantemente narrativos, como o romance e a novela).

Relativamente à componente peritextual, deve ser destacado que a fronteira inicial do texto é assinalada, na edição em causa, pelo título do texto, e a sua fronteira final é delimitada por uma página em branco, seguida de um outro texto, intitulado “Ramiro”.

No âmbito da componente metatextual, e a reforçar as ideias já mencionadas, sublinhe-se que o género dos textos incluídos na obra *Bichos* é explicitamente assinalado na capa do livro. Imediatamente abaixo do título, consta a indicação “contos”, sendo, assim, anunciada de forma direta a classe em que os textos da publicação se inserem.

Veremos, por fim, que propriedades fazem com que o poema “**Amor é um fogo que arde sem se ver**”, de **Luís de Camões**, seja integrado na classe dos **sonetos**. Quando o produziu, o autor estava investido do papel socioprofissional de escritor literário (componente enunciativa).

Podem ser deduzidos alguns objetivos que eventualmente pretendia atingir (componente pragmática): criar um texto literário; mostrar que conhece, adota e domina as convenções relativas a textos do género soneto; refletir acerca do tema do amor, assinalando algumas das suas características; obter reconhecimento como poeta.

No âmbito da componente composicional, o texto é constituído por catorze versos decassílabos, distribuídos por duas quadras e dois tercetos, seguindo o esquema rimático *abba*

⁵⁴ TORGA, Miguel (1990), *Bichos*, 18.ª ed., Coimbra, Edição de autor.

abba cdc dcd. São estas as propriedades mais relevantes que nos permitem inserir o texto em causa na classe dos sonetos⁵⁵.

Quanto à componente semântica, o tema do texto consiste numa reflexão acerca do amor, sendo o assunto concluído com chave de ouro; no caso dos sonetos, trata-se de um final com forte e belo efeito, geralmente no último terceto, o qual congrega a ideia mais relevante, dando sentido (ou um outro sentido) a tudo o que antes foi referido.

Na componente estilístico-fraseológica, podem ser incluídos os já mencionados mecanismos de versificação (métrica, ritmo e rima). De facto, trata-se de características que é difícil compartimentar numa única componente, mas que parecem ser suscetíveis de se integrar quer na componente composicional, quer na componente estilístico-fraseológica.

No que diz respeito à componente material, trata-se de um texto muito curto. Na edição consultada⁵⁶, ocupa metade de uma página pelo que pode ser lido numa única sessão de leitura. Quanto à componente peritextual, o texto é delimitado, no início, pelo número cinco (indicação convencional específica da edição em causa), e, no final, pela ocorrência de outro texto do mesmo autor e também do género soneto.

5. Considerações finais

As diversas propostas que foram apresentadas ao longo do presente artigo propiciam um conhecimento mais profundo acerca da atividade de classificar textos, de algumas das mais relevantes classificações textuais e dos critérios em que elas assentam. Cada texto pode acumular diversas etiquetas relativas a várias classes de diferentes classificações em que é suscetível de ser incluído. Tal fica a dever-se, como foi assinalado, ao carácter multidimensional dos textos: se um texto pode ser perspetivado sob pontos de vista muito díspares (a área de atividade em que emerge, os objetivos que com ele se pretende atingir, o tema abordado, a sua estrutura, etc.), e se cada ponto de vista pode constituir um critério classificativo, então qualquer texto pode ser simultaneamente inserido em classificações distintas.

As reflexões de Petitjean (1989), de Maingueneau (1998) e de Adam (2001), devidamente adequadas aos contextos didáticos em que os textos são abordados, podem ser particularmente úteis e, se aplicadas de forma pertinente, permitem que se conceba os textos de forma articulada e sistematizada, com evidentes vantagens pedagógicas.

⁵⁵ O soneto inglês ou soneto isabelino, tal como foi cultivado por Shakespeare, é composto por catorze versos, mas distribuídos por três quadras e um dístico.

⁵⁶ CAMÕES, Luís de, *Rimas* (Texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro), Coimbra, Almedina, 1994.

Assim, a concluir esta reflexão, é pertinente salientar que, para um professor que se serve de classificações textuais na sala de aula (ou seja, para um professor de línguas e, em especial, para um professor de Português), é importante conhecer:

- diversas classificações textuais (em particular, as que foram abordadas);
- o(s) critério(s) em que se baseia cada classificação;
- se se trata de uma classificação aberta ou fechada;
- as classes que se situam no mesmo nível da classificação;
- no caso da classificação em géneros, os critérios específicos de um dado género (quer para o definir, quer para o delimitar relativamente a outros).

Bibliografia

- ADAM, Jean-Michel (2001). “En finir avec les types de textes”. In Michel BALLABRIGA (Org.). *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation*. Toulouse: EUS, pp. 25-43.
- ADAM, Jean-Michel (2002). “Plan de texte”. In Patrick CHARAUDEAU e Dominique MAINGUENEAU (Org.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, pp. 433-434.
- ADAM, Jean-Michel (2011). *Les textes: types et prototypes*. 3.^e éd (Nouvelle édition entièrement revue et augmentée). Paris: Armand Colin (Nathan, 1992, pour la première édition).
- ADAM, Jean-Michel e Ute HEIDMANN (2007). “Six propositions pour l'étude de la généricité”, *La Licorne* 79. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 21-34.
- CHARAUDEAU, Patrick (1995). “Une analyse sémiolinguistique du discours”. *Langages* 117, pp. 96-111.
- COSTA, João, e SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (Org.) (s/d.). *Dicionário terminológico*. Disponível no seguinte endereço eletrónico: <<http://dt.dgicd.min-edu.pt/>>. Consultado em 18 de novembro de 2014.
- COUTINHO, Maria Antónia (2005). Para uma linguística dos géneros de texto. *Diacrítica* n.º 19, vol. 1, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 73-88. Disponível no seguinte endereço eletrónico <http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_19-1.pdf>. Consultado em 11 de dezembro de 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique (1998). *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod.
- MAINGUENEAU, Dominique, e Frédéric COSSUTTA (1995). “L'analyse des discours constituants”. *Langages* 117, pp. 112-125

- MOENS, Marc, e Mark STEEDMAN (1988). “Temporal ontology and temporal reference”. *Computational linguistics*, vol. 14, n.º 2, pp. 15-28. Disponível no seguinte endereço eletrónico: <<http://www.aclweb.org/anthology/J88-2003>>. Consultado em 12 de novembro de 2014.
- PETITJEAN, André (1989). “Les typologies textuelles”. *Pratiques* 62, pp. 86-125.
- REIS, Carlos (1995). *O conhecimento da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- REIS, Carlos, e Ana Cristina Macário LOPES (2000). *Dicionário de narratologia*, 7.ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- REIS, Carlos, et al. (Coord.) (2009). *Programas de Português do ensino básico*. Lisboa: Ministério da Educação/DGCI. Disponível no seguinte endereço eletrónico: <<http://metasdeaprendizagem.dge.mec.pt/wp-content/uploads/2010/09/ProgramadePortuguesEB.pdf>>. Consultado em 21 de novembro de 2014.
- SILVA, Paulo Nunes da (2012). *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*. Coimbra: Livraria Almedina/CELGA.
- SILVA, Paulo Nunes da (2015). “Narrativo: modo, género, tipo de texto ou tipo de sequência?”. Comunicação apresentada no 11.º Encontro Nacional da Associação de Professores de Português, Évora, 6-7 de março.